



Resenha *MIGRAÇÕES NA ATUALIDADE* – Ano 28 – nº 106 – Março 2017

Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios – www.csem.org.br

Mulheres migrantes e refugiadas: riscos e proteção no contexto da violência de gênero

EDITORIAL	3
PORTUGUÊS	4
Crise na Venezuela: Mulheres migrantes enfrentam a violação de direitos na busca por trabalho no território brasileiro.....	4
Agressões em casa, discriminação e risco de morte: os dramas das 'refugiadas' trans brasileiras.....	8
Tese retrata a realidade vivida por presas de cerca de 60 países na Penitenciária Feminina da Capital ...	12
71% das vítimas de tráfico humano são mulheres e meninas	15
Mães hondurenhas são forçadas a solicitar refúgio devido à violência das gangues	16
ONU lança 2ª edição de projeto para inserir refugiadas no mercado de trabalho brasileiro	18
Violência sexual, exploração e morte: o drama de mulheres e menores em rota de refugiados.....	20
ENGLISH	21
Mexican sex nightmare traps more women fleeing central america for u.s. dream	21
Women bear the brunt of climate-forced migration	23
Making violence against ethnic minority women visible.....	25
Lives transformed by language classes for Syrian women.....	26
Prioritising Our Female Migrant Workers	27
Women's safety a top reason for migration among the wealthy	28
Why migrant women need equality and empowerment	29
ESPAÑOL	30
La Ciudad de México reafirma apoyo a las mujeres migrantes	30
Trump vs. las mujeres en lucha.....	30
La visibilización de las mujeres migrantes	31
Mujer, joven, simpapeles y en la calle.....	33
Detrás de las remesas de las migrantes está la violencia de género.....	34
Las mujeres migrantes ¡así son!	35
Agentes de la Patrulla Fronteriza fueron acusados hoy de abusar sexualmente de dos hermanas indocumentadas de Guatemala tras ser detenidas en la frontera con México.	36

ITALIANO	37
Sempre più donne sulle rotte migratorie. Tra sfruttamento e paura.....	37
Immigrazione femminile – l'altra metà del mondo	38
Dal lavoro alla famiglia, se per le donne immigrate la fatica è doppia	39
Racconto la tratta, perché nei villaggi della nigerìa nessuno sa la verità	40
Las patronas, le donne che danno da mangiare ai migranti	42
Donne migranti, in prima linea contro la violenza patriarcale.....	42
Intersezionalità, quando razzismo e sessismo si sovrappongono	44

EDITORIAL

A recente ascensão das políticas restritivas à migração tem contribuído para a crise humanitária que afeta as pessoas em trânsito no mundo. Esta situação deve ser tomada como um fator de violação a todos os migrantes, e, em especial, às minorias sociais: enquanto governantes reforçam as restrições e endurecem o controle nas fronteiras, aumentam as vulnerabilidades que as migrantes podem enfrentar. Com políticas não orientadas a pensar as especificidades de gênero, tais vulnerabilidades são invisibilizadas e a precarização situacional da migrante respalda a ocorrência de diferentes tipos de violência, seja ela psicológica, física ou sexual. São poucas as exceções de ações específicas às mulheres migrantes no mundo, como as recentes tentativas do governo da Cidade do México ao instar a ONU sobre a pretensão dos Estados Unidos de separar mães e filhos migrantes indocumentados.

Estas ações específicas que visam proteger as migrantes e refugiadas reconhecem que situações atribuídas mais às mulheres do que aos homens também levam à mobilidade humana, como a violência e opressão para com a mulher dentro do próprio núcleo familiar e comunitário, a falta de oportunidades e a vontade da emancipação (DUTRA, 2013). Neste sentido, nota-se pertinente considerar que fatos causadores da mobilidade referem-se às variadas formas de violência e desrespeito de direitos, como bem nos lembra a artista Negroma, em entrevista à BBC Brasil, “Se existe um refugiado, é porque existe essa violência”, referindo-se à violência que mulheres transexuais vivem em seus países de origem.

A respeito das mulheres e meninas refugiadas, muitas são expostas a várias formas de coerção, prostituição forçada, assédio e escravidão sexual (WURM, 2017). Por conseguinte, os riscos crescem à medida que os números aumentam. De acordo com o ACNUR, em 2015, um quarto dos refugiados na Europa era composto por mulheres e crianças. Em 2016, elas eram mais da metade. A agência da ONU ressaltou que a resposta aos dados prioriza o *mainstreaming* – considerar questões de gênero em todas as esferas – e o combate à violência de gênero em todas as atividades humanitárias.

Nas fronteiras, as recentes políticas repressivas causam perigosas consequências aos migrantes e refugiados, tais como os que são levados a utilizar caminhos alternativos e arriscados, uma vez que estes podem acabar nas mãos de traficantes e/ou abusadores. O relatório de 2016 da UNODC sobre tráfico humano revela que mulheres e meninas formam 71 por cento das pessoas traficadas mundialmente e a maioria acaba sendo vítima de casamentos forçados ou de escravidão sexual.

Além das dificuldades que elas podem sofrer no país de origem, mulheres e meninas em mobilidade estão vulneráveis à violência de gênero e violação sexual não apenas no deslocamento, mas em todos os estágios de sua migração – até quando elas chegam a locais supostamente seguros (BIRCHALL, J. 2016). Ademais, frequentemente essas mulheres (e outras minorias sociais, como as sexuais) enfrentam dificuldades ao acessar serviços básicos de saúde e assistência.

Uma característica das políticas que tendem à restrição migratória é a de não refletir a interseccionalidade da migração com a problemática de gênero, e esta é uma das explicações por trás dos obstáculos enfrentados para conseguir igualdade de tratamento e garantias para os riscos específicos de vulnerabilidade, mesmo em lugares ditos seguros.

Considerar que as mulheres que migram acumulam fatores de opressão (por seu gênero e por sua situação como migrantes/refugiadas) é necessário no que tange à elaboração de projetos e políticas sociais que as atendam. Além disso, o maior desafio na crise atual é vencer o estigma negativo que dois vocábulos ainda possuem em setores determinados da política e da sociedade: “migrante” e “proteção à mulher”. Ressignificar tais termos é reconhecer a imperativa necessidade de equidade na proteção dos direitos fundamentais à vida entre homens e mulheres, e combater a violência e discriminação de gênero que permanece afetando meninas e mulheres migrantes.

Referências:

- BIRCHALL, J. 2016. Gender, Age and Migration: An extended briefing. Disponível em: <http://www.bridge.ids.ac.uk/news/new-publication-gender-age-and-migration-extended-briefing>
- DUTRA, Delia. Mulheres, migrantes, trabalhadoras: a segregação no mercado de trabalho. REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., v. 21, n. 40, p. 177, 2013.
- WURM, Gisela. Protecting refugee women from gender-based violence. Report for the Committee on Equality and Non-Discrimination. Disponível em: <http://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/20170320-violenewoment-EN.pdf>
- LA JORNADA. Pide Mancera a ONU pronunciarse contra la violencia hacia migrantes. Disponível em: <http://www.jornada.unam.mx/2017/02/23/capital/033n1cap>
- UNODC. Global Report on Trafficking Persons 2016. Disponível em: http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/2016_Global_Report_on_Trafficking_in_Persons.pdf
- GABACCIA, Donna. Take five: Migration and women's rights—where do we go from here? Disponível em: <http://www.unwomen.org/en/news/stories/2017/1/take-five-donna-gabaccia#sthash.CX9RNnsy.dpuf>
- MLAMBO-NGCUKA, Phumzile; SWING, William Lacy. UN Women and the International Organization for Migration call on world leaders to make migration policies that work for women. Disponível em: <http://www.unwomen.org/en/news/stories/2016/9/statement-un-women-and-iom-call-on-world-leaders-to-make-migration-policies-that-work-for-women#sthash.71NQAgNX.dpuf>
- Divers ed. Jonathan Clayton. Refugee women on the move in Europe are at risk, says UN. Disponível em: <http://www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/search?page=search&docid=569fb22b6&query=%20women%202015>

PORTUGUÊS

Crise na Venezuela: Mulheres migrantes enfrentam a violação de direitos na busca por trabalho no território brasileiro

Cora Gonzalo e Janaína Souza

Mulheres venezuelanas estão mais vulneráveis a violações dos direitos humanos e dos direitos trabalhistas na rota migratória que se consolidou este ano de 2016 na fronteira do extremo norte do Brasil. Nas cidades de Pacaraima e Boa Vista, em Roraima, elas enfrentam o preconceito e a indiferença, e têm dificuldades de entrar no mercado profissional e na escola, pois a maioria está em situação irregular no Brasil. Elas partem para o setor de serviços como domésticas, recepcionistas, faxineiras, ambos sem a carteira assinada.

Sem uma oportunidade de emprego nesse setor, algumas mulheres entram na prostituição, e há aliciamento de organizações criminosas do tráfico de pessoas.

Não há uma estatística precisa de quantas mulheres venezuelanas migraram para Roraima nos últimos dois anos, “mas é visível que elas são a maioria nas cidades de Pacaraima e Boa Vista”, diz a Defesa Civil do Estado. Sozinhas ou acompanhadas pelos maridos, ou apenas com os

filhos pequenos, elas deixam a Venezuela em busca de um emprego que garanta o sustento da família. Também enviam parte do que ganham para seu país.

O objetivo é ajudar os familiares a enfrentar a grave crise política e econômica, imposta à população venezuelana pelo presidente Nicolás Maduro. Este mês o governo decidiu fechar a fronteira com o Brasil bloqueando a passagem dos imigrantes. Leia a primeira reportagem da série Crise na Venezuela aqui.

Com uma inflação de mais de 720% estimada para este ano, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), os venezuelanos enfrentam a escassez de alimentos, de remédios, de água potável, a falta de atendimento de saúde, entre outros serviços públicos, o que gerou um grande fluxo de imigrantes na fronteira entre Venezuela e Brasil.

A moeda nacional – o Bolívar venezuelano – desvalorizou tanto, que uma família com três pessoas que antes da crise conseguia fazer a

compra mensal de alimentos com dois mil bolívares, agora só adquire, com esse mesmo valor, dois salgados e um cafezinho (o que equivale a sete reais).

O salário mínimo atual na Venezuela é 90,8 mil bolívares, o equivalente a cerca de R\$ 129. Esse é o salário de um médico que não tem especialidade. Um professor universitário com doutorado ganha em média 76 mil bolívares (cerca de R\$ 110).

Enfrentando a crise

A Amazônia Real entrevistou em Pacaraima e Boa Vista mulheres venezuelanas que migraram para o território brasileiro e solicitaram refúgio à Polícia Federal, ou pediram os vistos de turismo, de residência temporária ou permanente. Mas a maioria está suscetível à deportação devido à situação irregular.

“É muito difícil e triste enfrentar a crise econômica e política no meu país. Isso afetou meu bolso e meu estômago”, desabafou Rozita García. Com 22 anos, a estudante de enfermagem diz que abandonou os estudos na universidade para ajudar a família. Ela está morando em Pacaraima sem visto regular.

“Não tinha mais dinheiro para ir à universidade. Somos oito irmãos e meus pais estão aposentados. O dinheiro que tínhamos não era suficiente para comprar comida. Meus pais são idosos, não podem enfrentar grandes filas para comprar alimento. Quando decidem enfrentá-las, os produtos acabam antes de chegar a vez deles [serem atendidos]”, contou Rozita, que deixou há oito meses a família em Ciudad Bolívar, distante 800 quilômetros da fronteira brasileira.

Em Pacaraima, que fica no limite com a cidade venezuelana de Santa Elena do Uairén (separadas por 15 quilômetros), Rozita trabalhou como babá e faxineira. Agora é recepcionista em um hotel.

“Os brasileiros acham que é pouco o salário para trabalhar de madrugada, mas no meu caso é considerável, pois me ajuda e assim ajudo minha família. Meu sonho é regularizar minha situação no Brasil e ter a chance de voltar a estudar”, contou a estudante de enfermagem.

Apesar de ter visto permanente no Brasil desde 2014, a engenheira S.M.C, de 36 anos, preferiu se identificar apenas com as iniciais do nome. Ela nasceu em Mérida, região dos Andes venezuelanos, distante quase dois mil quilômetros de Pacaraima, onde se estabeleceu com a família.

“Vendi tudo o que tinha [em Mérida] e vim para o Brasil com os meus dois filhos. Lá não faltava

tanta comida como agora, mas o dinheiro não dava. Comprava-se carne, mas não podia comprar verduras”, disse.

A engenheira afirma que não conseguiu ingressar no mercado de trabalho no Brasil, mesmo tendo o documento de identidade. “Meu primeiro trabalho foi como vendedora. Recebia um salário mínimo em uma loja de Pacaraima. Hoje sou autônoma do comércio de eletrônicos e consigo ganhar, aproximadamente, R\$ 1 mil por mês, mas pago R\$ 500 do aluguel da casa. Um salário mínimo aqui dá para comer. Na Venezuela meu salário de engenheira não dava. Com o que vendi lá, consegui comprar algumas coisas usadas aqui. Até hoje não tenho televisão, mas comprei um carrinho velho”, contou.

Com lágrimas nos olhos, a engenheira S.M.C relatou a situação de sua família que ficou em Mérida. “Meu pai não consegue comprar comida, nem arroz. Tem dias que ele só come batata ou aveia. Às vezes eu mando dinheiro, mas ele não consegue o que comprar. Ele já tem 75 anos, sei que pode morrer a qualquer momento e eu estou tão longe.”

S.M.C contou que a maior dificuldade que enfrentou no Brasil foi quando sofreu abuso sexual.

“Meu carro estava quebrado e precisava ajeitá-lo. Chamei um mecânico, mas quando ficamos sozinhos em casa ele tentou me agarrar à força. Fiquei muito abatida. Hoje não confio em ninguém”, disse a engenheira, que não prestou queixa na Delegacia. “Tive muito medo do preconceito.”

O aliciamento do sexo

Em Boa Vista, a 250 quilômetros de distância de Pacaraima, a Polícia Federal investiga o tráfico internacional de mulheres venezuelanas para fins de exploração sexual em casas de prostituição ou nas ruas. A reportagem da Amazônia Real esteve na Feira do Passarão e encontrou um grupo de cerca de 50 mulheres migrantes que fazem “programa” no entorno do local.

Em uma rua próximo a Feira do Passarão, a reportagem entrevistou a estudante Angélica Lopez, de 26 anos. Com os olhos turvos pelas lágrimas e a voz embargada, ela contou que partiu de Puerto Ordaz (a 1.080 quilômetros de Boa Vista) para buscar uma vida melhor para sua família. No Brasil, tem apenas o visto de turista, o que garante uma permanência de no máximo 90 dias no país.

“Deixei minha faculdade de engenharia de sistema que fazia na universidade estadual porque, ou eu estudava, ou trabalhava. Vendia

café nas ruas de lá, mas com a crise ninguém comprava mais nada”, recorda.

A história de Angélica se confunde com a de várias outras mulheres venezuelanas que, assim como ela, estão fazendo “programa” na região da Feira do Passarão para sobreviver. Ela negou o aliciamento. “Eu vim por conta própria”, disse. “Mas corro muito perigo. Há quatro dias me roubaram e levaram todos os meus documentos e um pouco de dinheiro. Era um venezuelano e um brasileiro que passaram de moto e levaram meus pertences, em plena luz do dia”, revelou Angélica.

Ela disse que com o dinheiro que recebe dos “programas” sustenta a mãe, a filha de nove anos e um irmão. Também envia cesta básica e medicamentos para a família. “Essa é a terceira vez que venho para Boa Vista. Eu levo muita comida, e eles [parentes] lá ficam muito felizes. Nesse Natal vamos ter uma ceia muito melhor”, comemorou ela em entrevista concedida antes de dezembro.

Angélica contou que “não é fácil viver nas ruas”. “Somos humilhadas, chamam-nos de mulheres de vida fácil, mas não é nada fácil. Aqui nos tratam mal, principalmente as mulheres têm raiva da gente. Falam que viemos roubar, que somos ladras. Eu não roubo nada, só estou trabalhando para matar a fome da minha filha”, afirmou.

O sonho do visto permanente

Indrina Giangreco, de 24 anos, saiu há dois anos de Maracay, a 1.500 quilômetros da fronteira do Brasil. O marido é pedreiro e recebeu uma proposta de emprego em Santa Elena. O casal tem duas filhas. “Mas depois a crise aumentou e as pessoas pararam de construir. Meu marido ganhava 80 mil bolívares por semana e só dava para a comida. Eu arranjei emprego como professora de espanhol em Pacaraima, mas gastava muito dinheiro com táxi para ir e voltar. Como não tenho com quem deixar as crianças, tinha que trazê-las. Por conta disso decidimos nos mudar para Pacaraima”, contou Indrina.

A segunda filha do casal nasceu em Boa Vista, o que lhes permitiu solicitar a residência permanente no Brasil. “Estamos ajeitando a documentação e juntando o dinheiro para pagar as taxas da Polícia Federal, assim estaremos todos legalizados no país. Poderei colocar minhas filhas na educação formal. Até agora a mais velha, de quatro anos, estuda bastante aqui, aprende muito, mas precisar ir à escola”, disse.

Depois de cinco meses morando em Pacaraima, a jovem diz ter no Brasil uma boa qualidade de vida. “Vivemos melhor, mais tranquilos, sem preocupação com os assaltos da cidade onde

morávamos. Compramos o que precisamos, porque aqui não tem escassez. E minhas filhas terão uma melhor educação. Na Venezuela as escolas estão parando toda hora, greve pelos baixos salários”, contou.

Sobre os preconceitos, a pedagoga Indrina disse que só sentiu discriminação na maternidade, em Boa Vista.

“Vão muitas venezuelanas dar à luz lá, e no dia que cheguei parece que eu já era a nona estrangeira. Uma enfermeira disse: ‘Até quando venezuelanas?’. Isso me fez sentir mal. Mas foi só ela, as outras pessoas são muito carinhosas, generosas no Brasil.”

A tecnóloga em hotelaria e turismo Gipy Marbal, de 48 anos, se estabeleceu em Pacaraima há cinco anos, quando a economia na Venezuela já dava sinais do atual colapso. Ela saiu de Puerto La Cruz, distante mil quilômetros da fronteira, devido à insegurança no país natal. Ela, o marido e o filho conseguiram o visto de negócios, permitido entre os dois países, mas que precisa de renovação anual.

“Hoje vejo que foi [a mudança de país] a melhor decisão para minha família. O controle do câmbio implantado na Venezuela dificultou muito os negócios do meu marido. A insegurança nas ruas estava cada vez pior. Meu filho aqui no Brasil está tendo uma melhor educação e eu não tenho a preocupação que ele pode ser morto na rua [da Venezuela] a qualquer momento”, disse Gipy, que é estudante da Universidade Estadual de Roraima (UERR) e trabalha como professora da educação infantil da instituição. Um dos trabalhos que fez como aluna do curso de Letras foi sobre o romance do escritor brasileiro, Graciliano Ramos, “Vidas Secas”, que é inspirado nas histórias de retirantes.

Sem estatística de gênero

O governo de Roraima decretou situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional nos municípios de Pacaraima e Boa Vista em 6 de dezembro por causa do intenso fluxo de venezuelanos no estado. Um Gabinete Integrado de Gestão Migratória foi instalado por meio de decreto da governadora Suely Campos (PP), com a finalidade de planejar e executar ações de assistência aos estrangeiros que ingressaram no estado.

Em Pacaraima foi instalado um Centro de Atendimento ao Migrante (CAM), que realiza cadastro dos estrangeiros que ingressam pela fronteira com a cidade venezuelana de Santa Elena do Uairén. Segundo o governo, no cadastro são coletadas informações pessoais, qualificação

e outras de caráter específico, mas não de gênero. Daí é impossível saber quantas mulheres venezuelanas estão no Brasil.

A Coordenação do Gabinete Integrado de Gestão Migratória de Roraima estima que 72 mil imigrantes venezuelanos ingressaram no Brasil entre os anos de 2015 e 2016, sendo que 42 mil voltaram ao país vizinho. Cerca de 30 mil permanecem no território brasileiro, sendo que de cerca de 5.000 estão morando em Boa Vista, diz a Defesa Civil.

Em entrevista à Amazônia Real, o tenente coronel Doriedson Ribeiro, coordenador do Gabinete Integrado de Gestão Migratória e Secretário Executivo de Defesa Civil de Roraima, informou que no cadastramento realizado pelo CAM, em Pacaraima, até o dia 15 de dezembro, a quantidade de homens imigrantes era maior que a de mulheres, porém, pelo cadastramento passavam somente aqueles que possuíam visto temporário de permanência no Brasil.

“No entanto, o que se constata nas ruas é a visibilidade maior das mulheres”, disse o secretário da Defesa Civil.

O tenente coronel Doriedson Ribeiro disse ainda que entre os imigrantes, há cerca de 630 índios da etnia Warao vivendo em Roraima, entre crianças, jovens e adultos, mas as mulheres também são a maioria. Leia sobre a deportação dos índios aqui.

Indagado se o governo federal já acenou com uma ação humanitária em Roraima, o secretário executivo da Defesa Civil respondeu: “ainda não recebemos apoio do Governo Federal no que tange a questão humanitária”.

O tenente coronel Ribeiro contou que esteve em Boa Vista uma representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) na primeira semana de novembro, acompanhando representantes do Ministério da Justiça. “Ela solicitou algumas informações sobre a atuação do Gabinete Integrado de Gestão Migratória, para que pudesse ter noção da situação corrente e assim poder disponibilizar ações de apoio”, disse.

A reportagem enviou perguntas à assessoria de imprensa do Acnur, em Brasília, sobre atuação da agência da ONU em Roraima. A assessoria confirmou que a representante esteve em Boa Vista, mas disse que aguarda uma orientação do Ministério da Justiça, que tem a responsabilidade de traçar e coordenar as estratégias para os imigrantes. A Acnur trabalha especificamente com pessoas solicitantes ou refugiadas, disse a assessoria.

Pedidos de refúgio no Brasil

Segundo a Departamento da Polícia Federal, em Brasília, a Venezuela não está entre os 20 países com mais registros de estrangeiros que ingressaram no Brasil entre os anos de 2003 e 2016. Na lista, o primeiro lugar é da Bolívia, com 105, 4 mil pessoas, o segundo dos Estados Unidos, com 65,2 mil, e o terceiro do Haiti, com 60,5 mil – cuja migração começou em 2011 pelas fronteiras do Acre, Amazonas e Roraima.

No total são 932.645 estrangeiros vivendo no país. Os vistos concedidos a eles são: temporário, permanente, fronteiriço, provisório, refúgio e asilo. A PF diz que há no país 4.582 refugiados, mas não especificou as nacionalidades.

Já o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), ligado ao Ministério da Justiça, informou que nos últimos seis anos 2.901 venezuelanos solicitaram refúgio humanitário no Brasil. De janeiro até o dia 24 de novembro deste ano foram recebidas 1.805 solicitações. Mas o Conare não disse quantos pedidos dos venezuelanos foram autorizados. Também não anunciou que ações fará em Roraima.

Conforme o Conare, o reconhecimento da condição de refugiado, conforme a legislação brasileira, é previsto entre os seguintes casos: quando o solicitante sofre “perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas” ou “grave e generalizada violação de direitos humanos, sendo obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país”.

A fome não espera

O Centro de Migrações e Direitos Humanos (CMDH), em Boa Vista, apoia os venezuelanos realizando visitas. Telma Lage, coordenadora do CMDH, diz que a maior necessidade e preocupação deles é com a alimentação.

“Porque quem tem fome, não pode esperar. Nossas visitas estão sendo semanais, mas também têm outras famílias que vêm ao Centro de Migrações e Direitos Humanos pedir ajuda”, disse.

O CMDH encaminha os migrantes aos centros de saúde em Boa Vista. “As crianças não têm cartão de vacina e isso é uma dificuldade na hora de vaciná-las. Estamos acompanhando essa situação para que elas sejam imunizadas da forma correta”, contou Telma.

Outra preocupação dos venezuelanos, segundo a coordenadora, é com a regularização para trabalhar no Brasil. “Tem alguns que já estão agendados para primeira entrevista [para obter o visto] em 2018. Então, ano que vem ele ainda não

vai poder trabalhar regularmente. Nós temos que descobrir um caminho para mudar isso”, pontuou.

“O que é fundamental é tratá-los de igual para igual, pois são pessoas como nós. Eles estão muito machucados com tudo isso. O papa Francisco nos alerta que ‘o imigrante não é um perigo, ele está em perigo’. Isso é uma constatação que a gente precisa fazer. Eles estão em perigo! Para sair da Venezuela e deixar sua vida e família para trás, e morar muitas vezes na rua, sujeito a todo tipo de coisa. Eles estão em perigo”, disse Telma Lage.

Para a coordenadora do CMDH, a maioria dos venezuelanos que migraram para Roraima não tem o perfil de refugiado, e isso a preocupa. “Nessa ausência do perfil de refugiado, o que vai acontecer daqui a um, dois anos, quando o Conselho Nacional de Refugiados começar a soltar as respostas aos pedidos de refúgio? É necessário acompanharmos de perto tudo isso, porque podemos ficar com um problema muito maior nas mãos”, disse ela.

Telma Lage alerta: “O governo brasileiro precisa reconhecer e declarar que existe uma crise humanitária na Venezuela e, assim, diminuir um pouco a burocracia para regularizar a situação dos imigrantes”.

O pequeno negócio

Enquanto as autoridades não decidem que ajuda humanitária darão aos venezuelanos no Brasil, as mulheres migrantes vão buscando sobreviver da força do trabalho. Há oito meses, Yolanda Salazar, administradora de empresas e técnica de farmácia, de 24 anos, trabalha como garçonete em uma churrascaria em Pacaraima, onde recebe R\$ 30 por dia. Sua residência é Santa Elena do Uairén, capital da Gran Sabana.

Ela disse que trabalha na cidade brasileira porque precisa comprar alimentos e remédios. Quando trabalhava em uma farmácia em Santa Elena

ganhava o equivalente a R\$ 60 por mês. “Antes não ajudava em nada da casa, pois meu dinheiro não dava. Meu marido, que tem uma oficina de auto elétrica era quem pagava tudo. Estamos vendendo a casa para tentar comprar aqui em Pacaraima, quero estudar aqui e que meu filho de seis anos também estude”, disse Yolanda.

A professora e turismóloga Karla Nieves, de 40 anos, se estabeleceu no Brasil há 28 anos. Em Pacaraima, ela conseguiu abrir uma pequena lanchonete, onde vende café da manhã com comida típica da Venezuela, além de produtos naturais, como leite de soja, linhaça, entre outros.

Viúva e mãe de duas filhas, sendo uma brasileira, Karla diz que está na fase de investimento de seu negócio e por isso não obtém lucro na lanchonete.

“Estou conquistando os clientes aos poucos. Alguns brasileiros têm preconceito com relação aos venezuelanos. Isso porque na Venezuela eles não são bem tratados. É por isso que alguns [brasileiros] são preconceituosos com a gente. Mas ofereço um bom atendimento e aos poucos estou conquistando meus clientes, somente uma pessoa veio aqui com más intenções e falou coisas terríveis”, disse Karla.

A professora diz que tem planos para morar em Boa Vista. “Eu nunca pensei em vender comida, nem abrir uma loja, sempre fui profissional da educação ou do turismo, trabalhando em escolas ou grandes empresas. Mas a situação socioeconômica do país me fez mudar os planos. Minhas filhas sempre estudaram aqui em Pacaraima e já estão perto de sair para a faculdade, preciso ter algo que garanta nosso sustento quando formos morar em Boa Vista, pois quero que continuem estudando no Brasil”, disse Karla Nieves.

Fonte: <http://amazoniareal.com.br/crise-na-venezuela-mulheres-migrantes-enfrentam-a-violacao-de-direitos-na-busca-por-trabalho-no-territorio-brasileiro/> - 27.12.2016

Agressões em casa, discriminação e risco de morte: os dramas das 'refugiadas' trans brasileiras

Sofia (nome fictício) aguarda uma decisão do Departamento de Imigração dos Estados Unidos em relação ao seu pedido de asilo feito em março deste ano. O processo traz detalhes sobre sua vida como mulher trans e sobre a perseguição a transexuais no Brasil.

Gabriela Loureiro

Entre 2008 e 2016, segundo dados compilados pela Transgender Europe, uma organização com sede na Europa, foram registrados 900 assassinatos de pessoas trans no Brasil, quase

metade de um total global de 2.016 reportados no mundo inteiro.

Com apenas 2,8% da população mundial, o Brasil responde por 46,7% dos homicídios registrados de pessoas trans em todo o mundo.

Se o pedido for acatado, Sofia pode ser mais uma entre o crescente número de pessoas que conseguem asilo nos Estados Unidos por perseguições em seus países de origem por conta da discriminação de gênero.

Não há dados oficiais sobre o fenômeno, mas a Immigration Equality, organização nos EUA que dá apoio ao público LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais) em pedidos de asilo, trabalha hoje com 570 casos, o dobro do registrado em 2013.

"Pedimos várias vezes ao governo para acompanhar o número de solicitações de asilo feitas pela comunidade LGBT, mas ele não o faz, então, realmente só sabemos quantas pessoas nos pedem ajuda", diz Jackie Yodashkin, diretora de Comunicação da Immigration Equality.

Mudança

Segundo advogados especialistas em direitos LGBT, a migração de brasileiras transexuais para o exterior passou por uma mudança nas últimas décadas.

"Até os anos 1990, muitas travestis e transexuais iam para a Europa para se prostituir e isso acaba gerando uma associação preconceituosa porque sempre ligamos transexualidade à prostituição", disse à BBC Brasil Henrique Rabello de Carvalho, advogado e membro da Comissão de Direitos LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais) da OAB.

"Há um fundamento histórico e social nisso por conta do preconceito que enfrentam no mercado de trabalho e também da violência e bullying que sofrem na escola, o que as levam para a prostituição, o mercado que absorve essa população", explica. No entanto, nos últimos anos, a situação começou a mudar. "Eu acredito que esse movimento de pessoas trans indo para fora sempre existiu, mas até meados dos anos 2000 era mais ligado à prostituição e nos últimos anos tem sido mais pela busca de sair do país para ter uma vida mais segura", disse à BBC Brasil Thales Coimbra, advogado especializado em direitos LGBT.

Coimbra já prestou consultoria a mais de 50 pessoas trans, tanto em seu escritório em São Paulo quanto na assessoria gratuita da USP para mudança de nome e sexo em documentos, e, segundo ele, os relatos de agressão são muito parecidos.

"Desde a infância é uma narrativa de sofrimento muito comum, quase um script: hostilidades dentro de casa, de agressões verbais a espancamento para elas se tornarem alguém que não são, bullying na escola, piadas e

xingamentos, proibição de usar o banheiro do gênero que se identificam, omissão da escola. O resultado é o esperado: abandono escolar", diz.

"A maioria das trans que hoje tem 20, 30 anos enfrentou essa narrativa de sair da escola, abandonar a casa dos pais ou serem expulsas e ir para a rua. Sobram quais oportunidades? Prostituição ou salão de cabeleireiro, estereótipos marcados", acrescenta Coimbra.

Maus tratos em casa e prostituição

A história de Sofia segue esse script. Ela nasceu em uma família com poucos recursos em uma cidade no interior de São Paulo. Quando pequena, via seu pai agredir fisicamente seu irmão mais velho, que também é trans, denominado menina na hora do nascimento.

Sofia conta que desde os seis anos de idade demonstrava se identificar como menina, e não menino: brincava de boneca, queria andar com meninas e não gostava de jogar futebol. Seu pai, que bebia muito, a chamava de "viadinho" e brigava com a mãe por ela defender Sofia e o irmão. Sofia relatou que, em uma dessas brigas, a mãe teve uma parada cardíaca e morreu. Ela tinha apenas 10 anos de idade.

O irmão mais velho saiu de casa para valer e a vida de Sofia ficou mais difícil, com agressões físicas e maus tratos constantes.

Quando tinha 16 anos, o pai morreu em decorrência de uma falência no fígado e Sofia tentou buscar emprego em sua pequena cidade natal. Ela conta que foi rejeitada em todas as tentativas - acabou indo morar em uma casa onde pagava o aluguel através da prostituição. "Foi o único meio que achei de viver minha vida pelo preconceito de ninguém dar trabalho", disse à BBC Brasil.

Não apenas a violência como também a impunidade impulsionaram a decisão de Sofia de pedir asilo nos EUA. Ela diz ter decidido ir embora depois de passar por uma série de humilhações por parte de policiais. "No Brasil, a gente morre e ninguém faz nada, somos uma a menos. Já tive casos de ter que reportar alguma coisa e o policial dar uma risadinha cínica e dizer que só vamos perder tempo", conta.

Ela pediu ajuda a um homem com quem estava se relacionando havia algum tempo e ele pagou por um curso de inglês de seis meses, visto, passagem e acomodação nos Estados Unidos.

Está desde 2014 em Nova York e espera ter seu asilo concedido em até dois anos. "Eu me sentia aterrorizada, saía pra me divertir ou trabalhar e não sabia se ia voltar. Via minhas amigas sendo espancadas, tinha que correr de pessoas que

queriam me bater por motivo nenhum. Já nem conseguia sair de casa de tanto medo. Aqui eu não vejo ninguém rindo de mim ou tentando me agredir por ser quem eu sou", diz.

O pedido de asilo de Sofia foi realizado através da Immigration Equality, que já ajudou outras trans brasileiras antes, segundo o diretor da ONG, Aaron Morris. Ele disse que até hoje todos os casos assessorados pela organização tiveram êxito. "Temos uma boa taxa de sucesso porque a lei funciona a nosso favor. Nosso maior problema é o acúmulo, não temos juízes e advogados o suficiente. O tempo de espera aqui se tornou insuportável para muitos, que precisam esperar dois ou três anos para ter uma resposta", disse Morris à BBC Brasil.

As medidas do governo

A Secretaria Especial de Direitos Humanos, ligada ao Ministério da Justiça e Cidadania, disse trabalhar com medidas preventivas e repressivas para combater a violência contra a população LGBT.

"A secretaria dá visibilidade à violência e, à luz desse diagnóstico, busca respostas com políticas públicas adequadas", disse à BBC Brasil Flávia Piovesan, secretária especial de Direitos Humanos.

Entre as medidas citadas pela secretária estão o Disque 100 - ouvidoria nacional que atende denúncias de violações de direitos humanos pelo telefone -, o projeto de premiação de boas práticas de direitos humanos no sistema judiciário e o apoio à PEC 117/15, que desvincula perícia criminal das estruturas das polícias com o objetivo de coibir o abuso policial.

De acordo com o último relatório do Disque 100, relativo a 2015, houve um aumento de 94% de denúncias de violações contra a comunidade LGBT entre 2014 e 2015, um salto de 1.024 para 1.983 ligações. Piovesan reitera, porém, que há diferentes interpretações para o número: não se sabe se as denúncias ou os casos de violência aumentaram. Mais da metade das denúncias, ou 53%, são casos de discriminação, 25% de violência psicológica, 11% de agressões físicas e 2% outros.

Sem amparo legal

Apesar de alguns avanços na área legal, como o caso de Neon Cunha, a primeira mulher trans a conseguir mudar nome e gênero em seus documentos sem precisar de atestado médico, atualmente, a nível nacional não há uma lei garantindo a transexuais o direito de mudar seus registros oficiais. Segundo Coimbra, há apenas

leis a nível estadual ou municipal que permitem a mudança de documentos ou que criminalizem a transfobia (discriminação contra transexuais), mas menos da metade dos Estados brasileiros contam com uma legislação do tipo.

Geralmente, exige-se um diagnóstico de transtorno de identidade de gênero (como a Medicina entende a transexualidade, que é a não identificação com o gênero atribuído a alguém na hora do nascimento), algo que pode mudar com o precedente estabelecido por Cunha em outubro passado.

"Temos três formas de trabalhar com diversidade sexual no Direito: reconhecimento, proteção e criminalização. O Brasil hoje nem reconhece nem protege, mas não criminaliza, como alguns países da Ásia", diz Carvalho.

"A transexualidade ainda é vista pela Organização Mundial de Saúde como uma patologia e, sendo assim, a pessoa é vista como alguém que precisa de cuidados, não de direitos", acrescentou.

Transexual, um sinônimo de transgênero ou trans, é uma pessoa que não se identifica com o gênero determinado a ela no nascimento. Por exemplo, foi chamado de "menino" e na verdade se identifica como mulher.

Fuga e casamento

Não há muitas organizações como a Immigration Equality no mundo e muitas pessoas trans saem do Brasil através de outros métodos. Alex, por exemplo, apaixonou-se e casou com um homem português, conquistando o direito de morar em Portugal oito anos atrás.

"Meu pai me batia, a única pessoa que me acolhia era a minha mãe. O resto era perseguição, violência, piadas de todos os tipos vindo de desconhecidos, parentes, amigos. Eu saí do Brasil para sobreviver e para ter alguma paz", disse à BBC Brasil.

Alex, 36 anos, nasceu em uma família humilde na periferia de Curitiba. Seu pai, que trabalhava como mecânico, não a aceitava, mas ela contou com a proteção da mãe, que nunca a deixou se prostituir e trabalhou para sustentar a filha.

A proteção da mãe não chegava às ruas, porém, onde ela foi perseguida e agredida por ser trans. "Já corri e me escondi em farmácia, pedi para entrar em loja batendo na porta dizendo 'pelo amor de Deus me deixa entrar que estão querendo me matar'", lembra.

Em uma ocasião, porém, ela não conseguiu fugir. Estava bebendo vinho com uma amiga no centro de Curitiba quando dois homens se aproximaram

para conversar. No meio do papo, um deles inesperadamente deu um soco no rosto de Alex, que desmaiou na hora. Acordou no hospital horas depois, com o nariz quebrado e as roupas cobertas de sangue. Passou seis meses sem sair de casa com depressão e síndrome do pânico.

"Conheço gente que levou facada pelas costas por estar fazendo programa, tenho amigas que estão se prostituindo e passam carros jogando pedra, urina, latas de cerveja...Ou batem mesmo, são massacradas em todos os sentidos, estupradas. É um horror e é cotidianamente. Você fica marcada, eu entrei em depressão porque eu tinha medo de apanhar na rua", conta.

A situação de Alex mudou quando conheceu através do Orkut um homem português que a achou bonita e a convidou para viajar pela América Latina. Depois de três anos de namoro, Alex se mudou para Portugal com ele, mas teve que abdicar da nacionalidade brasileira porque, na época, o processo de retificação de nome e gênero demoraria muito tempo e ela precisava da cidadania portuguesa para se manter no país. Vive até hoje com seu marido alugando casas para turistas na região do Algarve.

Direitos e transexualidade

A falta de acesso a direitos básicos como ter um documento de acordo com seu gênero, proteção da lei e direito de ir e vir livremente sem sofrer agressões verbais foi o que fez a artista Negroma a deixar o país, segundo ela. "Eu não tenho como viver meu gênero de forma livre e me assumir como trans se eu continuar lidando com isso de uma forma opressora no sexo, no convívio social, profissional, artístico", disse à BBC Brasil.

Negroma foi abandonada pela mãe ainda pequena. Seu pai a assumiu quando ela tinha 3 anos, mas, quando completou 15, ele a espancou e expulsou de casa ao descobrir que o "filho" era gay.

"Em menos de 10 minutos, eu passei de um jovem que vivia numa família de início de classe média a ser um morador de rua", lembra. Depois de morar algumas semanas na rua, Negroma encontrou abrigo em um salão de beleza onde passou a trabalhar.

Quando completou 18 anos, foi cursar Artes Cênicas na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis, uma oportunidade que lhe abriu portas para explorar sua identidade de gênero mais a fundo através do teatro. Apresentou suas performances de música e dança pelo Brasil e, em 2014, foi contemplada com um prêmio do Ministério da Cultura, que

financiou a realização de um projeto artístico em Berlim.

'Não penso em voltar'

Lá ela conheceu Sanni, outra mulher trans brasileira que foi à Alemanha em busca de uma liberdade maior de gênero. Natural de Olinda, filha de uma mãe lésbica e introduzida à cena gay de Pernambuco desde pequena, ainda assim, Sanni não conseguia achar o seu lugar no Brasil.

"A minha ignorância era tanta que antes de sair do Brasil eu não conseguia nem me conceber como mulher. Eu achava que ou eu nascia mulher ou seria uma travesti que ia sempre morrer na praia e ser motivo de piada para todo mundo", conta.

Há dez anos, Sanni se casou com um alemão e conseguiu sua cidadania. Depois de três anos na Alemanha, iniciou o processo de transição de gênero com terapia hormonal e cirurgia para redesignação sexual.

Aos 28 anos, ela trabalha hoje como música, DJ e modelo em Berlim, muitas vezes tocando projetos sobre sua identidade como mulher trans brasileira e imigrante. Mas não pensa em voltar.

"Eu vejo a possibilidade de morar como cidadã no Brasil como uma redução da minha pessoa, sei que eu seria sempre estigmatizada, que algumas pessoas não conseguiriam ver além disso", diz.

Privilegio

É o mesmo motivo que fez Negroma retornar à capital alemã para ficar. Um ano depois de terminar seu projeto, voltou ao Brasil e em dez horas diz ter sofrido cinco agressões, desde olhares de reprovação até xingamentos.

"Desde que saí do aeroporto, várias coisas aconteceram na minha cara, como xingamentos, a forma como a pessoa te trata, como identifica sua presença no espaço, coisas que aqui não acontecem por gênero, mas por causa da minha raça. No Brasil, eu sei que é porque eu sou uma criatura 'anormal' àquele espaço", diz.

No entanto, Negroma reconhece que seu "refúgio" – ela não pediu refúgio à Alemanha oficialmente, mas considera sua mudança uma espécie de fuga – é também um privilégio.

"Existe uma migração dentro do Brasil, de mudar de comunidade. O que mais me preocupa é quando o refugiado não consegue sair da sua comunidade ou do país, quando ele não consegue ser um refugiado. Se existe um refugiado, é porque existe essa violência", afirma.

Fonte: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-37999436?ocid=wsportuguese..social.sponsored->

Tese retrata a realidade vivida por presas de cerca de 60 países na Penitenciária Feminina da Capital

Durante quatro anos, a antropóloga Bruna Louzada Bumachar pesquisou a experiência prisional de estrangeiras oriundas de cerca de 60 países, encarceradas na Penitenciária Feminina da Capital (PFC), na cidade de São Paulo. A investigação, que resultou na tese de doutoramento da autora, fez emergir diferentes aspectos da vida dessas mulheres, relacionados principalmente a duas dimensões: a política intramuros e a maternidade. De acordo com o trabalho, a realidade vivida pelas não nacionais é refratária a enquadramentos esquemáticos. “Essas estrangeiras são produtos e produtoras de um aprisionamento que não pode ser encerrado nem no interior, nem no exterior da prisão”, afirma Bruna, que foi orientada pela professora Adriana Gracia Piscitelli, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp.

Na altura em que iniciou o trabalho de campo na PFC, em meados de 2008, a população carcerária era formada por cerca de 800 mulheres, 400 delas oriundas de outros países. Segundo Bruna, as não nacionais pertencem a mais de 60 diferentes nacionalidades, sendo que o maior grupo é constituído por cidadãos de países africanos. A PFC é a unidade prisional que concentra as não nacionais presas no Estado de São Paulo e mantém o maior número de presas estrangeiras na América Latina. A maioria foi parar no local por causa do tráfico internacional de drogas, na condição de “mulas” [pessoas que fazem o transporte de substâncias ilícitas]. Por causa dessa característica, a penitenciária apresenta algumas especificidades. Um exemplo é a atuação constante de representantes de consulados e embaixadas junto à administração da unidade, tendo em vista assuntos de interesse de suas compatriotas.

Há também um grande fluxo de informações e de objetos, que entram e saem da penitenciária. “Além disso, existem demandas muito particulares naquela unidade, como as apresentadas pelas mulçumanas, que durante o Ramadan fazem jejum e precisam receber alimentos muito específicos”, acrescenta Bruna. O primeiro contato da antropóloga com esse universo veio por meio do trabalho voluntário que ela passou a prestar para o Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC), organização de direitos humanos fundada em 1997 que se dedica a

erradicar a desigualdade de gênero, garantir direitos e combater o encarceramento.

Na PFC, o ITTC trabalha exclusivamente com as presas estrangeiras. Inicialmente, a autora da tese queria pesquisar apenas a situação das moçambicanas que atuam como sacoleiras, transitando pelo mercado informal e ilegal. “Quando descobri que a penitenciária abrigava mulheres de diferentes nacionalidades, raças, religiões, etnias e falantes de mais de 30 línguas percebi que minha pesquisa ficaria muito empobrecida se me limitasse ao caso das moçambicanas”, explica Bruna.

Ao estender o estudo para o conjunto das presas estrangeiras, a pesquisadora identificou a existência de uma intrincada realidade, que foge às abordagens feitas pelos estudos tradicionais sobre aprisionamento. “Essas mulheres produzem fluxos que atravessam as fronteiras prisionais e transnacionais. Através de telefonemas e do envio de cartas, e-mails, fotografias e bens elas articulam redes de cuidado que as tornam capazes de produzir o que denominei de ‘copresenças’. Graças a esse tipo de estratégia, elas cuidam da educação dos filhos, vivenciam o casamento e participam da rotina familiar”, afirma a autora da tese.

Um exemplo nesse sentido é o mecanismo criado por algumas mulheres, que consiste em enviar cartas para seus países de origem em intervalos reduzidos. O mesmo é feito pelos familiares. As correspondências carregam textos, fotos e pequenos presentes. “Com isso, as estrangeiras conseguem modular o espaço-tempo. No lugar de esperarem 20 ou 30 dias pela chegada de uma carta, elas encurtam esse prazo, por exemplo, para três dias”, explica Bruna. Um caso paradigmático relativo a essa modulação do tempo-espaço ocorreu com uma sul-africana, que mantinha contato com o marido somente por carta.

De acordo com a antropóloga, embora seja proibido o uso do celular pelas presas, alguns aparelhos circulam clandestinamente no interior da penitenciária. Como são caros, costumam ser comprados coletivamente. Quem não participa da compra, pode alugar o telefone para falar com os familiares. “No caso dessa sul-africana, ela alugava o celular somente para falar com o filho. A relação com o marido era mantida unicamente

por cartas, que chegavam a cada três dias. Ocorre que esse homem foi assassinado na África do Sul”, relata.

A notícia da morte chegou à sul-africana através de um e-mail enviado pela irmã dela, outro recurso que não pode ser utilizado por internos das unidades prisionais, mas que é tolerado na PFC para o caso das estrangeiras, desde que mediado (enviado e impresso) pelo ITTC a partir de sua sede, fora da prisão. “O recebimento do e-mail criou uma situação muito delicada, porque essa mulher continuou recebendo correspondências do marido, que já estava morto, por algum tempo. A atitude dela foi emocionante. Ela esperou chegar todas as cartas do marido para, então, dizer-lhe adeus. Quando a sequência foi encerrada, a sul-africana ajoelhou sobre sua cama de frente para as fotografias do marido afixadas na parede e, como num funeral, falou com o falecido, acariciou e beijou seu rosto. Em seguida, retirou, uma a uma, as fotografias da parede e as guardou numa caixinha que permaneceria intocável até o final de sua pena. Ela enterrou o marido pelas fotografias”, conta a pesquisadora.

Alegria e a dor de ser mãe

A maternidade é uma das experiências mais intensas vividas pelas estrangeiras presas na Penitenciária Feminina da Capital (PFC). O distanciamento ou a proximidade física dos filhos é motivo de constante preocupação e mobilização por parte dessas mulheres, como conta a antropóloga Bruna Louzada Bumachar. “Eu não pretendia estudar o tema da maternidade, mas ele se impôs, dada a sua importância no contexto prisional transnacional. Nos atendimentos que eu realizava como antropóloga da equipe do ITTC, as estrangeiras falavam o tempo todo de maternidade. Pediam ajuda para achar a filha que fugiu de casa ou para cuidar do traslado do filho que estava no abrigo. Através da maternidade, eu procurei entender como os fluxos e fronteiras vão constituindo tanto essas mulheres quanto a prisão”, detalha a autora da tese.

A pesquisadora trabalhou em duas frentes. A primeira foi o acompanhamento das mulheres que dão à luz na prisão. “Acompanhei como é o período da gravidez e de que forma esta condição é mobilizada pelos mais diversos atores, incluindo as próprias estrangeiras, numa economia punitiva que envolve a regulação afetiva da maternidade. Também acompanhei o período pós-parto e a questão do cuidado dos filhos, visto que presas em todo o país têm o direito legal de permanecer junto das crianças por seis meses, que é a fase de amamentação”, narra Bruna.

Segundo ela, as mulheres mobilizam a maternidade como um fim, pois consideram a esta relação como a mais importante da vida delas naquele momento, mas também como um meio para articular outras relações e ter acesso a direitos e privilégios. “Elas se valem do poder simbólico da maternidade para seguir a vida e nutrir o vínculo com seus filhos e familiares”, entende a autora da tese. Bruna também investigou como é a relação das presas com os filhos que estão nos países de origem. A ideia surgiu depois que ela assistiu, por recomendação de uma presa sul-africana, a um documentário feito na PFC e veiculado na África do Sul.

Uma das cenas mais marcantes mostra uma ex-interna da PFC sendo recebida no aeroporto, de uma forma extremamente carinhosa, pela filha de quatro anos. “A cena me marcou muito porque demonstrava uma grande intimidade entre mãe e filha depois de dois anos e meio de separação, período que correspondia a mais da metade do tempo de vida daquela criança”, assinala. Tal intimidade, no argumento da antropóloga, é construída através das cartas, telefonemas e circulação de mercadorias.

Ademais, as presas estrangeiras também mobilizam uma rede, prioritariamente feminina, para poder exercer um “cuidado presencial materno”, por meio das materialidades inorgânicas que passam a fazer parte do que Bruna denominou de “corpos articulados” delas. “É nesse sentido que eu forjo a noção de copresença. Com a mediação, sobretudo, de irmãs, mães, vizinhas e de membros de organizações civis como o ITTC, essas mulheres participam efetivamente da vida dos filhos que moram a milhares de quilômetros de distância. Mesmo na cadeia, elas exercem o cuidado presencial materno, ajudando, por exemplo, os filhos no dever de casa e intervindo no comportamento deles”, revela Bruna.

Um caso que exemplifica essa participação efetiva vem de uma das mulheres mantidas na PFC, cuja filha se recusava a ir para a escola. Como a presa considerou que o problema não poderia ser resolvido por carta ou e-mail, ela telefonou para casa e pediu para a filha ir ao quarto, para que pudessem falar reservadamente. Depois da conversa, a mãe solicitou que a filha chamasse a avó e colocasse a ligação no sistema viva voz, para que as três conversassem e resolvessem a questão. “Essas mulheres investem tempo, dinheiro e esforços para exercer sua autoridade, incluindo o sustento dos filhos. Cerca de 80% delas trabalham na prisão e recebem uma remuneração, que é sempre inferior a um salário mínimo”.

Ainda que recorram a esses e outros mecanismos para vivenciarem ao máximo a maternidade, as estrangeiras presas na PFC são submetidas a uma política muito perversa em relação a esse direito. Durante a amamentação, por exemplo, elas são transferidas para o hospital penitenciário. Param de trabalhar e ficam o tempo todo coladas aos bebês. Muitas vezes, dormem na mesma cama com os filhos. Vivem o que Bruna classificou de hipermaternidade. “Ocorre que, de um dia para o outro, chega o oficial de justiça e retira essa criança e a encaminha para um abrigo. Não existe um programa para que essa separação seja feita de maneira gradativa, e elas acabam vivenciando a hipomaternidade. Dá-se uma ruptura brusca, que para essas mulheres equivale à amputação de um de seus membros. É uma política perversa, a partir da qual elas criam muitas estratégias para gerir a maternidade e o aprisionamento”, sentencia a autora da tese.

A subversão das categorias

As estratégias que ajudam as estrangeiras trancafiadas na Penitenciária Feminina da Capital a tocar a vida não estão vinculadas somente à experiência da maternidade. Para atuar na gestão da política prisional, as presas costumam subverter todas as categorias presentes naquele espaço, inclusive a própria condição de estrangeiras. “Elas fixam as nacionalidades e outras categorias e em seguida a subvertem. Há uma espécie de ‘jogo’ de fixação e não fixação efetuado no entrecruzamento de noções de nacionalidade, regionalidade, raça e gênero . Através desse jogo elas criam coletivos regionais autenticados (europeias de verdade) e racializados (africanas). Criam também nacionalidades compósitas (holandesas sul-africanas, angolanas do Congo) e racializadas (sul-africanas brancas) e por vezes atuam como uma coletividade única nas disputas com brasileiras, embora às vezes suspendam as rivalidades para se reunirem numa só unidade, a das presas”, pormenoriza a antropóloga Bruna Louzada Bumachar.

Em vários casos, continua a autora da tese, essas noções e estereótipos são utilizados pelo Estado para gerir as desigualdades de poder que arbitram as diferenças dentro da cadeia. É o caso de uma diretora da unidade prisional que apresentou como justificativa para a morte de duas africanas, o fato de “angolanas do Congo” “terem feito macumba” para elas. “Ou seja, pela justificativa da autoridade, as mortes não ocorreram por falta de socorro médico, mas sim por causa da macumba, prática atribuída justamente a africanas negras que se encontram

no fundo da escala social intramuros”, pontua a antropóloga.

De outra parte, as mulheres também utilizam essas noções para criar maiores margens de agência dentro da política prisional, por meio das quais elas garantem certa capacidade de ação criativa e subversiva na produção de outros posicionamentos e cenários nos jogos de poder . “Existe uma literatura sobre estrangeiros presos que fala que as mulheres não nacionais sofrem de maior isolamento prisional, em comparação com as presas nacionais. Na minha tese, eu não discuto quem sofre mais. Procuro analisar a dimensão produtiva que as estrangeiras são capazes de articular durante o cumprimento de pena de prisão num país exterior. Eu tentei mostrar como elas se fazem estrangeiras nessas ações, no fazer cotidiano de uma unidade que incorpora a escala transnacional tanto na política intramuros quanto nas relações com as famílias”, explica Bruna.

A pesquisadora observa que trabalhou em uma penitenciária de São Paulo, Estado que concentra a maior população carcerária do país e que apresenta melhores condições de infraestrutura que as de outros Estados. “Esse contexto provavelmente é distinto da realidade de outros locais. Pensando no caso das estrangeiras, eu diria que, mesmo em São Paulo, a falta de assistência e de preparo para lidar com essa parcela da população carcerária faz parte das políticas prisionais. Um dos mecanismos poderosos de controle e punição dessas mulheres é esse vazio deixado pelo Estado. Ou seja, não é que não existam políticas públicas, mas elas se fazem presentes na sua ausência”, atesta.

Em São Paulo, conforme a pesquisadora, a Defensoria Pública é muito bem intencionada, mas conta com uma estrutura aquém da necessária. A média é de um defensor público para cada 100 mil habitantes. A quantidade de processos que esses profissionais são obrigados a assumir é absurda. “Isso faz com que os defensores não tenham tempo, por exemplo, de visitar as presas antes do julgamento . Eles conhecem as réis no exato momento do julgamento. Isso mostra o quanto a escassez do Estado é um dos mecanismos pelos quais ele gere a população carcerária . Esse mecanismo, além de ser determinante no destino da vida dessas mulheres, incita a mobilização e atuação de familiares e de organizações como o ITTC na gestão de presas e prisão”, atenta.

Um abraço Possível

A tese defendida pela antropóloga Bruna Louzada Bumachar não é isenta, e nem poderia ser, como ela própria faz questão de afirmar. Ao longo dos quatro anos de duração da pesquisa, a pesquisadora construiu laços de diversas ordens com as presas estrangeiras. Por causa desses vínculos, viveu emoções que jamais poderia imaginar. Uma delas, possivelmente a mais marcante, decorreu da sua decisão de produzir vídeocartas como parte do seu trabalho de campo. O objetivo era gravar depoimentos das prisioneiras no Brasil e apresentá-los aos parentes nos países de origem. Lá, ela repetiria o processo e traria as mensagens dos familiares para exibi-las às mulheres encarceradas aqui.

Como viajaria para a África do Sul e Moçambique como parte de uma equipe de pesquisa, Bruna trabalhou com mulheres naturais desses países. “Durante as gravações das vídeocartas, as mulheres me incumbiram de diversas tarefas, como levar presentes, recados, cartas manuscritas etc. Mas o caso mais impressionante foi de uma sul-africana que me pediu para transmitir um abraço para os familiares. Não um abraço simbólico, mas o seu próprio abraço, conhecido entre todos da família. Eu pensei: isso não é possível. Afinal, ela era uma mulher muito grande e forte, enquanto eu era muito franzina perto dela. Disse para essa sul-africana que não conseguira cumprir a tarefa, mas ela me garantiu que eu o faria, porque ela me ensinaria”, narra a antropóloga.

Assim, a cada visita que Bruna fazia à penitenciária, a presa a abraçava e a orientava sobre como proceder para reproduzir o abraço. “Ele me dizia: ‘aperta mais; pega mais nesse ponto; você tá levando jeito’”. Ao desembarcar em Johannesburgo, a autora da tese se encontrou com a irmã da presa, que se mostrou bastante refratária. “Ela me disse que a família não queria se encontrar comigo. Em meio ao meu cansaço e à distância afetiva que me separava da irmã da remetente, entreguei os presentes, mas me

esqueci de dar o abraço”. Da África do Sul, a pesquisadora foi para Moçambique.

Na volta, a irmã da presa entrou em contato e disse que a família havia mudado de ideia e queria encontrar Bruna. “Nós nos encontramos no estacionamento de uma lanchonete. Eu então entreguei a ela o abraço da irmã, seguindo todas as orientações que havia recebido. E a mulher me disse: ‘esse abraço parece da minha irmã’. Ela então chamou a tia e pediu para que ela me abraçasse. E a tia, emocionada com o acontecimento, questionava: ‘Oh meu Deus. Isso é possível? Como pode isso?’. Do local, fomos até a casa da família, para eu entregar o abraço também ao filho dessa presa. Orientado pela tia, ele me abraçou. Quando nos separamos, uma intensa emoção tomou conta de mim. Eu, sem que me desse conta, havia me tornado uma parte do “corpo articulado” das estrangeiras, que conseguem se fazer presentes mesmo estando ausentes. As copresenças são, a um só tempo, presenças ausentes, ausências presentes”, descreve Bruna, que contou com bolsa de estudo concedida pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Parte do doutorado foi realizada na University of Southern California (EUA), com orientação da professora Rhacel Salazar Parreñas, e na Universidade do Minho (Portugal), com orientação da professora Manuela Ivone da Cunha.

Publicação

Tese: “Nem dentro nem fora: a experiência prisional de estrangeiras em São Paulo”

Autora: Bruna Louzada Bumachar

Orientadora: Adriana Gracia Piscitelli

Unidade: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH)

Financiamento: Fapesp

Fonte: <http://www.unicamp.br/unicamp/ju/676/antropologa-revela-experiencia-prisional-de-estrangeiras-em-penitenciaria-paulistana> - 06.12.2016

71% das vítimas de tráfico humano são mulheres e meninas

Relatório do Unodc destaca que a maioria é traficada para casamento ou escravidão sexual, enquanto homens e meninos são vítimas do trabalho forçado; Brasil registrou 2,659 vítimas de tráfico humano em 2013.

O Escritório da ONU sobre Drogas e Crime, Unodc, divulgou nesta quarta-feira um relatório sobre tráfico humano. O documento revela que as crianças representam um terço das vítimas.

Juntas, mulheres e meninas formam 71% das pessoas traficadas mundialmente e a maioria acaba sendo vítima de casamentos forçados ou de escravidão sexual. Por outro lado, homens e meninos são explorados para o trabalho forçado,

principalmente para o setor de mineração, ou obrigados a atuarem como soldados ou escravos.

Brasil

O tráfico para a remoção de órgãos é também uma realidade em muitos países. Em regiões como a África Subsaariana, a América Central e o Caribe, as crianças representam mais de 60% das vítimas de tráfico humano.

O relatório do Unodc traz alguns dados sobre o Brasil, com números apresentados pelo governo. No ano de 2012, o país detectou 3.727 vítimas de tráfico humano e em 2013, foram 2.659 vítimas de exploração sexual ou trabalho forçado.

Também em 2013, as autoridades brasileiras condenaram 36 pessoas pelos crimes. O Unodc destaca que foi sancionada recentemente uma lei de combate ao tráfico de pessoas no país.

Migração e Refúgio

O diretor-executivo do escritório da ONU revela que as pessoas que escapam de guerras ou perseguições estão mais vulneráveis ao tráfico humano. Yury Fedotov cita como exemplo o aumento no número de vítimas da Síria, desde o início do conflito no país.

A ativista Nadia Murad é mencionada no relatório, já que foi prisioneira dos terroristas do Isil, ao lado de milhares de mulheres da minoria yazidi do Iraque. Atualmente, a iraquiana é Embaixadora da Boa Vontade do Unodc para a Dignidade dos Sobreviventes de Tráfico Humano.

Recomendações

O levantamento do Unodc destaca que os traficantes e as vítimas muitas vezes são da mesma região, falam a mesma língua ou têm a mesma etnia. Entre 2012 e 2014, foram registrados mais de 500 fluxos de tráfico humano, como vítimas da África que foram enviadas para cerca de 70 países.

O Unodc comemora o fato de que 158 países já criminalizaram o tráfico humano, o que é "um grande avanço desde 2003, quando apenas 18% dos países tinham leis a respeito".

O Escritório da ONU sobre Drogas e Crime destaca, entretanto, que são necessários mais recursos para identificar e auxiliar as vítimas do tráfico de pessoas e melhorar a resposta da Justiça em relação à investigação e à condenação dos responsáveis por esses crimes.

Fonte: <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2016/12/71-das-vitimas-de-trafico-humano-sao-mulheres-e-meninas/#.WFvAm1MrKM8> - 21.12.2016

Mães hondurenhas são forçadas a solicitar refúgio devido à violência das gangues

Violentadas, espancadas e abusadas pelos seus parceiros membros de gangues, mulheres hondurenhas encontram segurança no México, onde uma alteração da lei reconhece a violência de gênero como motivo para solicitação de refúgio.

Gabriel*, de nove anos de idade, não gosta de falar muito sobre sua casa em Honduras, mas ele consegue descrever vividamente uma das explosões finais de seu pai.

“Certa noite, ele chegou em casa transtornado e agarrou minha mãe pelos cabelos e foi pow! pow! pow!”, disse, encenando os golpes que foram desferidos contra Brenda. “Quando ele acabou, estávamos cobertos de sangue”.

Assim que seu namorado saiu da casa, Brenda, de 39 anos, perplexa e desesperada, agarrou Gabriel e Lúcia, sua irmã de sete anos, e foi para a delegacia.

“Eu corri e implorei, ‘ajude-me, por favor!’ Mas eles apenas lhe disseram, ‘lamentamos, mas não há nada que possamos fazer por você’”, conta.

Seu parceiro era um “tenente” da gangue de rua que domina o bairro em San Pedro Sula, em

Honduras. Os policiais não o intimidavam, assustados com a reação das gangues. É provável que muitos fossem coniventes com a gangue.

“Quando ele acabou, estávamos cobertos de sangue”.

A tentativa desesperada de Brenda de obter ajuda da polícia veio depois de quase uma década de relacionamento abusivo, o qual ela compara à vida de um prisioneiro.

“Ele me bateu. Ele abusou de mim. Ele disse que eu era um lixo e que não podia fazer nada. Ele disse que depois de ter quatro filhos, ninguém jamais iria me querer novamente. Ele não deixava eu me vestir como quisesse ou colocar maquiagem. Não permitia que eu saísse de casa. Ele me estuprava sempre que queria”.

Hoje, Brenda usa nos olhos um delineador azul escuro perfeitamente aplicado com um toque de

sombra, um luxo redescoberto desde que ela e três de seus filhos e um neto buscaram recomeçar suas vidas em Tapachula, no México.

“Eu vou cortar seus pés se você tentar fugir”, foi uma das últimas ameaças de seu parceiro. O alcance de sua gangue se estende por toda a cidade e país. Abandonada pelas autoridades, Brenda não viu outra saída, a não ser deixar Honduras com seus filhos.

Os anos de abuso quase destruíram a família de Brenda. Seu filho de 12 anos foi morar com seus avós depois que foi espancado e abusado pelo parceiro de Brenda e seus amigos de gangue. Depois que o acolheram, Brenda foi proibida de visitar os próprios pais, que agora já têm mais de oitenta anos e apresentam problemas de saúde.

Sua filha Erica, de 19 anos, que também foi com Brenda para o México levando consigo sua própria filha de um ano, foi expulsa de casa por seu parceiro que faz parte de uma gangue.

As gangues de rua surgiram do caos das guerras civis que assolaram El Salvador e a Guatemala nos anos 80. O legado de conflito e pobreza proporcionou condições férteis para o crescimento da corrupção institucional e ajudou a ampliar o alcance das gangues em Honduras e além.

Em países dominados pelas gangues, ou “maras”, histórias como a de Brenda são comuns. A violência das gangues e o machismo fazem com que muitas mulheres se tornem escravas de seus parceiros.

“Eu vou cortar seus pés se você tentar fugir”.

“Eu sempre penso em quantas outras mulheres continuam vivendo o que eu estava vivendo”, diz Brenda.

A presença de gangues é uma armadilha opressora a qualquer um que esteja vulnerável. Praticamente desabrigada depois de ser expulsa, a filha de Brenda, Erica, foi levada por um homem jovem que lhe ofereceu dinheiro e um lugar para ficar. No início, ele era gentil, mas rapidamente tornou-se controlador. Assim como a mãe, Erica se tornou refém de um dos membros de uma gangue.

“Eu tinha permissão para sair de casa para comprar mantimentos, mas seus companheiros gangster me seguiam e me observavam. Ele nunca me deixou sair de sua vista”, diz.

Embora não tão violento como o parceiro de Brenda, Erica era prisioneira. Ela não podia trabalhar e era proibida de falar com a mãe. Em Honduras, Brenda quase chegou ao limite.

“Uma noite, eu peguei uma faca e a coloquei no meu pulso. Comecei a me cortar e depois parei”.

disse, passando a mão sobre a cicatriz no punho. “Eu pensei: ‘tenho filhos, não posso deixá-los com esse homem”.

Ela viu seu filho Gabriel, de nove anos, tornar-se violento sob a tutela de seu pai. Ele era mandão e batia em sua irmã caçula. Seu pai disse-lhe que era como os homens deveriam administrar a casa.

“Eles começaram a recrutar meninos da idade de Gabriel”, diz Brenda. “Eles davam a eles celulares, sapatos e roupas para fazê-los gostarem da gangue”.

Mas depois de meses longe do pai, Gabriel é gentil com a irmã e fica chateado ao lembrar de tudo o que testemunhou.

Os cinco membros da família de Brenda moram juntos em um único quarto com dois colchões, uma rede e uma televisão pequena, em Tapachula.

Todos eles receberam recentemente proteção complementar – uma designação semelhante ao asilo – pela Comissão Mexicana de Assistência aos Refugiados (COMAR). Graças a uma mudança de 2011 na lei, a COMAR agora leva em conta a violência de gênero ao analisar casos de refugiados para que mulheres como Brenda tenham mais perspectiva de receber proteção no México.

Agora, eles estão tocando a vida enquanto esperam pelas suas permissões de residência. Erica e Brenda trabalharam como garçonetes em bares, os únicos empregos que conseguiram encontrar em Tapachula. Mas ambas pediram demissão, assustadas com o assédio dos homens bêbados e suas ofertas de dinheiro em troca de sexo.

No momento, elas estão pagando aluguel e comprando mantimentos com o apoio financeiro que recebem do ACNUR, a Agência da ONU para Refugiados. Cerca de 1.600 refugiados no México estão atualmente recebendo esse apoio. O ACNUR também está ajudando Brenda a encontrar mais cuidados para seus filhos. Hoje, eles vão a uma organização governamental para mulheres e crianças.

“Nós costumávamos servir principalmente crianças que vieram da Guatemala para trabalhar como vendedores”, diz Ana Bertha Mendoza, diretora do centro. “Mas ultimamente tem havido muita demanda de refugiados, especialmente mulheres sozinhas com seus filhos. Alimentamos até 60 pessoas por dia”. Mulheres e crianças vêm aqui para refeições, atendimento psicológico, aulas de alfabetização e para tomar banho.

“Uma noite, eu peguei uma faca e a coloquei no meu pulso”.

Brenda entra na pequena enfermaria com Gabriel e Lucia. A enfermeira, Uri – que é oficialmente a psicóloga do centro, mas faz quase tudo por falta de recursos – pesa e mede os dois jovens. Embora dois anos mais velho, Gabriel é aproximadamente do mesmo tamanho que Lucia e está bem abaixo do tamanho médio para um menino de sua idade. A enfermeira lembra que eles podem ir até lá e comer duas vezes por dia.

“As crianças tem outras roupas além dessas?”, pergunta a enfermeira Uri. Com os olhos no chão, Brenda sacode gentilmente a cabeça, negativamente. “Tudo bem, temos tudo isso aqui”.

Brenda e Lucia separam as roupas de menina. Um sorriso finalmente aparece no rosto de Brenda quando Lucia encontra uma peça rosa que ela gosta.

“As crianças estão aliviadas por estarem longe do pai”, disse. “Elas não revivem mais essas experiências. Elas não precisam mais me ouvir gritar”.

*Os nomes foram alterados para proteger os entrevistados.

Fonte <http://www.acnur.org/portugues/noticias/noticia/maes-hondurenhas-sao-forçadas-a-solicitar-refugio-devido-a-violencia-das-gangues/> - 29.11.2016

ONU lança 2ª edição de projeto para inserir refugiadas no mercado de trabalho brasileiro

A Rede Brasil do Pacto Global lançou na quinta-feira (9), em São Paulo, a segunda edição do projeto Empoderando Refugiadas. O objetivo da iniciativa é conscientizar empresas sobre a possibilidade legal de contratar refugiadas, além de preparar as estrangeiras vítimas de deslocamento forçado para entrar no mercado de trabalho brasileiro.

A Rede Brasil do Pacto Global lançou na quinta-feira (9), em São Paulo, a segunda edição do projeto Empoderando Refugiadas. O objetivo da iniciativa é conscientizar empresas sobre a possibilidade legal de contratar refugiadas, além de preparar as estrangeiras vítimas de deslocamento forçado para entrar no mercado de trabalho brasileiro.

“A gente pretende dar uma visão dos seus direitos como mulheres trabalhadoras e também ajudá-las, por exemplo, a compreender como se faz uma entrevista de trabalho aqui no Brasil”, explicou a secretária-executiva da Rede Brasil, Beatriz Martins Carneiro, às 25 participantes do primeiro encontro do projeto. “Espero que o Brasil receba vocês muito bem.”

Uma das refugiadas era Salsabil Matouk. Natural de Damasco, na Síria, ela era dona de uma farmácia em seu país de origem. “Com a guerra, tudo foi embora”, conta, sobre o conflito que completa seis anos neste mês.

Radicada no Brasil há pouco mais de dois anos, depois de passar pela Jordânia e Arábia Saudita, Salsabil hoje prepara pratos árabes em sua casa para vender, mas pretende, por meio do projeto, voltar a atuar na área farmacêutica. “A mulher tem que fazer suas coisas, ter sua vida. Não precisa ficar em casa cozinhando”, diz refugiada que está grávida de oito meses do terceiro filho – o segundo que nascerá em solo brasileiro.

Público diverso

A síria faz parte do grupo que, ao longo de quatro meses, participará de workshops com conteúdo específico para refugiadas. Os temas incluem mercado de trabalho, direitos e cultura brasileira, espírito empreendedor e saúde e bem-estar. Também estão incluídas no programa sessões de coaching e preparação para entrevistas de emprego.

Segundo a funcionária do ACNUR, Camila Sombra, a escolha das participantes foi pensada para refletir a comunidade de refugiadas que escolheu o Brasil para recomeçar a vida: mulheres de diversas nacionalidades e, muitas delas, com formação universitária e alto nível de qualificação.

Ao longo do dia, as refugiadas — oriundas de países da África Subsaariana, do Oriente Médio e da América Latina — receberam orientações para a elaboração adequada de um currículo e dicas para encontrar vagas nas redes sociais. Também participaram de atividades de conscientização sobre os direitos trabalhistas e aprenderam técnicas para entrevistas de emprego.

Camila Fusco, do Facebook, chamou atenção para as oportunidades que podem ser encontradas na internet. “Atualmente, 114 milhões de brasileiros usam o Facebook.

Imaginem se alguns deles forem os clientes de vocês”, disse.

Além de buscarem emprego, muitas refugiadas têm como meta principal o seu próprio negócio. É o caso da congoleza Jolie Angela Cameli Pemba chegou ao Brasil há pouco mais de dois anos. Advogada de formação, ela trabalha atualmente como faxineira. Com a participação no Empoderando Refugiadas, ela espera tirar do papel o “Sabor da África”, projeto para aproximar os brasileiros do continente onde nasceu por meio da gastronomia.

Mais do que um restaurante, o empreendimento também vai entregar refeições em lugares que abrigam os refugiados, ajudando a população a superar os desafios que dificultam sua integração ao novo país.

Português fluente

Entre as profissionais que participaram do evento, uma unanimidade: a importância do estudo e do domínio do idioma português, um desafio para muitas delas.

“Percebo que muitas refugiadas não conseguem trabalho porque o seu português é muito básico. Para trabalhar em empresa, escritório, área administrativa, o domínio do idioma precisa ser muito bom. Não pensem que um curso básico de português vai abrir muitas portas para esse tipo de vaga. Se vocês souberem de cursos avançados de português, online, gratuitos, corram atrás”, enfatizou Eliane Figueiredo, do Projeto RH.

Danielle Pieroni, da FoxTime Recursos Humanos, alertou as refugiadas sobre eventuais situações de discriminação que elas podem enfrentar por não dominarem plenamente a língua. “Nem sempre a gente encontra o discurso bonito do relatório de sustentabilidade nas empresas. No dia a dia, quem está na ponta pode não ter o mesmo comprometimento com isso, e ele que vai ter o relacionamento com você, infelizmente.”

No Brasil há sete anos, Luyindula Ndenga Helene não vê no idioma um obstáculo. Falando português fluentemente, ela concluiu um curso de técnica em enfermagem no Brasil e pretende encontrar trabalho na área da saúde por meio do Empoderando. “Foi difícil, mas tive que aprender”, conta ela, sobre o tempo em sala de aula.

Natural da República Democrática do Congo, ela também vê no emprego uma oportunidade de ajudar o seu país. “Com o trabalho, posso mandar dinheiro de volta para lá”, disse.

Vagas nas empresas

Para fechar a tarde, as refugiadas participaram de uma sessão de mentoria com voluntários de recursos humanos. O objetivo dessa primeira conversa foi explicar um pouco da dinâmica de seleção e recrutamento no Brasil. O encontro também serviu para que os profissionais pudessem conhecer um pouco da trajetória de cada mulher participante do projeto.

Para Cibele Delbin, consultora de Responsabilidade Social e Diversidade do Carrefour, a contratação de refugiados e imigrantes é uma estratégia para aumentar o alcance da rede de supermercados junto ao público, que se identifica com uma equipe multicultural. “É bom para o negócio, não é caridade”, afirma.

Atualmente, o Carrefour conta com 60 refugiados em seu quadro de funcionários em todo o Brasil. “Felizmente, não tivemos nenhum caso de insucesso. Normalmente, o refugiado vem para cá para vencer e é um funcionário com ritmo de trabalho alto, excelente capacidade de execução e altíssimo engajamento, o que traz um impacto positivo para toda a equipe”, completou.

Oportunidades de vida

A refugiada venezuelana Yilmery Carolina Mediomundo de Perdomo se formou em terapia ocupacional no país de origem, mas teve de deixar a pátria para buscar melhores oportunidades de vida e sustentar a família. A validação do seu diploma no Brasil, porém, parece um sonho distante. “Tem uma série de traduções que são exigidas e que, sem emprego, eu não consigo fazer”, explica ela que, atualmente, trabalha preparando doces.

O ofício começou como um hobby de mãe, que fazia bolos para a filha intolerante à lactose. Atualmente, ela divulga os produtos nas redes sociais e vê no Facebook uma ferramenta para impulsionar o negócio.

“Meu objetivo aqui é transformar o que estou fazendo como meio de sustento para, então, validar o meu diploma e seguir fazendo o que eu gosto, que é ajudar pessoas. Não preciso de um trabalho como terapeuta, mas de uma oportunidade”, ressaltou.

O Empoderando Refugiadas é coordenado pela Rede Brasil do Pacto Global, por meio de seu Grupo Temático de Direitos Humanos e Trabalho. A iniciativa é fruto de uma cooperação com a

Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) e a ONU Mulheres.

O projeto tem como parceiros estratégicos a Cáritas Arquidiocesana de São Paulo, a Fox Time Recursos Humanos, o ISAE e o Programa de Apoio para a Recolocação dos Refugiados (PARR). Além disso, conta com as seguintes empresas parceiras: Carrefour, EMDOC,

Facebook, Lojas Renner e Sodexo. O encontro da semana passada foi viabilizado pela Thomson Reuters e contou ainda com a participação de representantes da Microsoft.

Fonte: <https://nacoesunidas.org/onu-lanca-2a-edicao-de-projeto-para-inserir-refugiadas-no-mercado-de-trabalho-brasileiro/>
13.03.2017

Violência sexual, exploração e morte: o drama de mulheres e menores em rota de refugiados

Crianças e mulheres refugiadas e imigrantes sofrem situações de violência sexual, exploração e abusos ao longo da rota do norte da África à Itália, alerta um novo relatório da Unicef, a agência da ONU para crianças.

Paul Adams

O documento *A Deadly Journey for Children* (Uma jornada mortal para crianças, em tradução livre) reúne depoimentos de africanos e revela que três em cada quatro crianças contaram terem sofrido agressões e abusos durante a travessia para a Europa.

Além disso, quase metade das mulheres e crianças denunciou abuso sexual, que ocorreu múltiplas vezes e em diferentes locais do trajeto.

"O que acontece com estas crianças durante a viagem realmente chocou a equipe da Unicef e a mim", afirmou Justin Forsyth, diretor-executivo adjunto da organização. "Muitas destas crianças foram agredidas, estupradas e mortas durante o trajeto".

Meninas como Kamis, de 9 anos, que abandonou a Nigéria junto com a mãe. Na costa da Líbia, a família pagou a contrabandistas US\$ 1.400 (R\$ 4.350) pela viagem de barco rumo à Itália.

Complicações da viagem levaram o barco a ser resgatado. Kamis, então, acabou detida e encaminhada à prisão de Sabratha, na Líbia, onde ficou por cinco meses.

"Eles batiam na gente todos os dias", contou Kamis aos pesquisadores da Unicef. "Não havia comida nem água".

"Aquele lugar é muito triste, não tem nada lá", disse ainda.

Sua mãe, Aza, conta ter deixado a Nigéria pela falta de emprego, mas não sabia que a viagem seria tão perigosa.

"Não me disseram a verdade. Não me disseram os riscos envolvidos, e as dificuldades que eu iria enfrentar", afirmou.

Prisões de imigrantes

O governo coordena 24 prisões na Líbia que recebem imigrantes ilegais. Outros grupos armados também detêm imigrantes em pelo menos outros dez locais não oficiais.

"Os centros de detenção que são geridos por milícias que nos preocupam", disse Forsyth. "Lá é onde muitos abusos estão acontecendo e onde nosso acesso é muito limitado".

Um policial do governo líbio contou que algumas prisões controladas por milícias recebem dinheiro do governo para comprar mantimentos e roupas aos imigrantes.

"Em Trípoli, uma das milícias mais poderosas é conhecida como Sharikan, e ninguém pode chegar perto das áreas controladas por eles", conta o policial.

"Eles fingem prender os imigrantes que são ilegais e os mantêm em seus centros por um tempo. Eles tiram o dinheiro deles, e os deixam sem comida ou água. Depois, levam-nos a Garanulli, onde balsas estão à espera. Não temos poder sobre estas prisões. Não podemos chegar perto pelo risco de sermos mortos", conta.

Os migrantes tornam-se vítimas de tráfico humano. A maioria são mulheres e crianças, segundo a ONU. Muitas das vítimas acabam forçadas à prostituição.

Rota do Mediterrâneo

Refugiados e imigrantes de países africanos que deixam suas casas rumo à Itália geralmente percorrem um caminho de mil quilômetros cruzando a Líbia, desde o deserto, ao sul, até a costa mediterrânea, ao norte.

Em seguida, atravessam mais de 500 quilômetros pelo mar até a Sicília, no sul da Itália.

Ano passado, 4.579 pessoas morreram neste trajeto conhecido como rota de migração do Mediterrâneo Central. Pelo menos 700 crianças estavam entre os mortos, segundo a Unicef.

A rota é controlada por redes criminosas que lucram com o deslocamento de refugiados e imigrantes ilegais.

A maioria das mulheres - segundo o relatório - disse ter pago contrabandistas no início da viagem, contraindo dívidas e ficando mais vulneráveis a abusos e tráfico de pessoas.

"Crianças não deveriam ser forçadas a colocar suas vidas nas mãos de contrabandistas porque simplesmente não há alternativas", cobrou Afshan Khan, diretor regional da Unicef e coordenador especial da Resposta à Crise de Refugiados na Europa.

Os pontos de controle nas fronteiras da Líbia estão entre as áreas mais perigosas, onde a "violência sexual se tornou generalizada e sistêmica", diz o relatório.

Mais de um terço das mulheres e crianças entrevistadas disse que os abusadores usavam uniformes ou pareciam associados a alguma força armada. Por isso, a maioria não denunciou os abusos a autoridades.

As histórias de estupro e escravidão sexual se tornaram tão comuns que algumas meninas e

mulheres que se aventuram na jornada já tomam precauções, como levar injeções contraceptivas ou levar pílulas de contracepção de emergência com elas.

Crianças desacompanhadas

Em 2016, mais de 180 mil migrantes cruzaram a Líbia rumo à Itália. De acordo com a ONU, 26 mil eram crianças, a maioria desacompanhada.

Issaa, de 14 anos, saiu sozinho da Nigéria há dois anos e meio, mas também acabou numa prisão na Líbia.

"Meu pai juntou dinheiro para a minha viagem, desejou boa sorte e me deixou ir", contou aos pesquisadores.

"Queria cruzar o mar, buscar emprego, e trabalhar duro para ganhar algum dinheiro e ajudar meus cinco irmãos que ficaram em casa".

A Unicef cobra mais esforço de organizações para proteger as crianças na Líbia e nos países vizinhos. Uma iniciativa regional, diz o relatório, incluiria um melhor registro de nascimento, a prevenção do tráfico, caminhos seguros e legais para as crianças que fogem de conflitos armados e, quando apropriado, o reagrupamento familiar.

Fonte: <http://www.bbc.com/portuguese/internacional-39113770> - 28.02.2017

ENGLISH

Mexican sex nightmare traps more women fleeing central america for u.s. dream

Anastasia Moloney

From morning to night, Mexican banda music blares out from the dingy bars in Mexico's southern border city of Tapachula where thousands of Central American women sell sex to fund their dream of reaching the United States.

Rights groups estimate 30,000 migrants, mostly from Honduras, El Salvador and Guatemala, are working in bars in shopping streets and red light districts in the bustling city near the Guatemala border that has become a trafficking hotspot.

This includes increasing numbers of women and children fleeing Central America due to the deteriorating situation, said Francesca Fontanini, spokeswoman for U.N. refugee agency UNHCR.

UNHCR figures show the number of Central American migrants seeking asylum abroad surged five-fold in the four years to 2015 to around 110,000.

The number of families, mostly from Central America, stopped at the U.S.-Mexico border jumped 122 percent in the six months to April 2016 compared to a year earlier as authorities cracked down on security, the U.S. Customs and Border Protection said.

"The majority [of Central American women] come with the hope of crossing the border, looking for the American dream," said Adriana Rebollo, who heads the prosecutor's human trafficking office in Chiapas state where Tapachula is located.

But while chasing their dreams, migrants make easy prey for traffickers on their journey north. Often poor and with little education, they are lured with false promises of good jobs in restaurants and hotels.

"Migrants are ideal victims for trafficking and prostitution because at one stage they have needs, a need to survive, a need to earn money," said Elsa Simon, a women's rights activist.

"A female migrant is the most vulnerable. She has no support networks. She doesn't know her rights."

Lurking in shelters

Traffickers, called enganchadores, lurk in migrant shelters on the prowl for potential victims, often young female migrants traveling alone with their children.

At the Belen shelter, a poster with a photograph of a man reads: "Enganchador: Be careful of this man."

Flor Maria Rigoni, an Italian priest who founded the shelter two decades ago, helps migrants and those who have been rescued from prostitution rings run by organized criminal gangs.

The shelter provides weekly talks about the tactics that traffickers use to dupe their victims.

"Despite the talks, some still fall into the trap," Rigoni, with a long silver beard, told the Thomson Reuters Foundation.

It usually starts with a trafficker befriending a migrant, showering her with gifts, kind words and offers of help to cross into the United States and pretending to fall in love with the woman, even marrying her, Rigoni said.

"The new boyfriend takes them out for dinner, treats them well for a couple of nights ... Then by the third night a car without number plates and blacked-out windows comes and snatches them away," he said.

Over the past six years Rigoni has helped nearly 100 migrants, mostly Honduran women and girls, who have been trafficked into sex work. But, frustrated by government officials, he is closing the program in March.

"It's a lost battle. If there's cooperation with the state we can do it but without it we can't," Rigoni said.

"As far as the government is concerned, trafficking doesn't exist. They don't follow up on the issue."

Government response

Mexico says it has taken important steps to tackle human trafficking, including a 2012 law that

punishes those convicted of the crime to up to 40 years in prison and a free hotline.

Rebollo said authorities have stepped up raids across Chiapas, leading to the closure of scores of bars and the rescue of about 670 trafficking victims since 2009.

But conviction rates remain low. Of some 330 people charged for trafficking since 2009 only about 87 people were convicted.

"The hardest thing for us is for the victim to say she is obligated and to recognize she is a victim," said Francisco de Jesus Esteban, prosecutor and deputy head of the Chiapas office.

Local campaigners say corruption, including police accepting bribes, fuels human trafficking and keeps conviction rates low.

"In eight out of every 10 cases the police are involved in some way," said Jose Alfredo Zunum, a lawyer who has worked on dozens of cases.

According to the U.S. State Department's 2016 Trafficking in Persons Report in Mexico "official complicity continued to be a serious and largely unaddressed problem."

Survival

Not all migrants working as prostitutes in Tapachula's bars are victims of trafficking but a blurry line often exists between those who voluntarily engage in adult prostitution, which is legal in Mexico, and those coerced into sex work.

Blanca, 45, who fled gang violence in Honduras, says working as a prostitute is the only way she can survive.

"I can't get work anywhere else because I don't have the proper paperwork," Blanca, who declined to give her full name, told the Thomson Reuters Foundation.

"If I don't work my kids don't eat and I can't send money back home to my family," said Blanca, who charges \$25 for sex with a client of which a female pimp takes a cut.

Like many migrants, Blanca had planned to stop briefly in Tapachula to earn money before carrying on to the United States with her three children but eight months later she's still here.

"I never imagined I'd be living in Mexico, doing what I do. Some of the other women at the cantina have been here for years," said Blanca.

"Only God knows if I'll ever make it to the United States."

Fonte: <http://www.reuters.com/article/us-mexico-trafficking-idUSKBN14V1Z4> - 11.01.2017

Women bear the brunt of climate-forced migration

The feminization of environmental migration is already underway in South Asia but governments are slow to recognise the role of climate change and there's no policy action

Manipadma Jena

Hafiza Khatun remembers one morning two years ago. Her husband had come running back from work in a state of distress. The embankment wall that kept the ocean at bay from their homes and fields in Cox's Bazaar district in Bangladesh had breached again and seawater was flooding in. Crops could no longer be grown and homes and belongings had all been claimed by the marauding tides, as the sea kept rising due to climate change.

Hafiza's husband, a manager in a betel leaf farm, was out of a job. After days of struggle when they had to sell most of their cattle to survive, her husband decided to leave for Malaysia for work with 20 other men from nearby villages who were to be smuggled by boat via Myanmar.

Left with three young children, Hafeza worked as a domestic servant in the one of the richer homes in the morning, and as a labourer in a betel leaf farm in the afternoon. While the older boy helped her, the younger two stayed in the house, unable to attend school. There was never enough food for the four of them. Illness set in, sometimes mild sometimes serious enough to keep Hafiza from work and the daily income they so desperately needed.

A report released last month warns of the devastating and increasing impact of climate change on migration in South Asia. *Climate Change Knows no Borders*, prepared by ActionAid, Climate Action Network South Asia and Bread for the World (Brot Fuer Die Welt) calls on national policymakers to especially monitor impacts of climate-induced migration on women and urgently address the policy gap.

Unsafe migration

"The rights of migrants and their families are being threatened by unsafe migration, which is often driven by desperation and a lack of options caused by climate disasters. The impacts of migration on women, both those migrating and those left behind, is also not yet adequately understood or addressed by national or international policies," Harjeet Singh, ActionAid's Global Lead on Climate Change, told indiaclimatedialogue.net.

"Environmental migration is a gendered process, but discussions within public, policy, and academia regarding environmental migration are often gender-neutral, few studies making the link between migration, environment and gender," said International Organisation for Migration (IOM) in 2014, flagging the gap when the Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) in its Fifth Assessment Report said, "Climate change is projected to increase the displacement of people throughout this century."

According to IOM, vulnerabilities, experiences, needs and priorities of environmental migrants vary according to women's and men's different roles, as do responsibilities, access to information, resources, education, physical security and employment opportunities.

The ActionAid report putting the issue in the current South Asian perspective says, "Young females from neighbouring Nepal and Bangladesh who migrate to India as well as internal migrants from rural areas moving to cities are increasingly vulnerable to abuse and trafficking. As they often use so-called 'agents' to help them find work, these can turn out to be traffickers, who once they arrive in the city, force them to work in brothels," it cautions.

The 2016 Global Report on Trafficking in Persons by UN Office on Drugs and Crime (UNODC) released in December says women and girls make up 71% of human trafficking victims. Including for the first time a thematic chapter on connections between trafficking, migration and conflict, it underscores that trafficking in persons and migration flows resemble each other, increasing vulnerability of forced migration victims.

After repeated extreme or slow onset weather events have reduced a rural family to extreme poverty, the migration of younger women, usually daughters (even minors) increasingly appear as the best option for the entire family, finds an IOM study.

Pull factor

This is because the demand for labour in highly gendered but low-skilled niche jobs, such as domestic work, child and elderly care, is rising, as

more and more educated women in South Asian cities are taking up careers outside home. Bangladeshi migrant women are seen increasingly in such jobs in Kolkata, Delhi and Mumbai. Together with garment and entertainment industries in India, this demand is acting as a powerful pull factor.

Even so, available figures show male migration is more common in the region. Millions of women like Hafiza Khatun, left behind at home, are facing an overwhelming burden.

Increasingly, research is documenting that the workload on women left behind is multiplied many-fold because the nature of migrant work being uncertain, remittance from migrant males is often sporadic. Agriculture remains critical for the family remaining at home to survive, finds an International Water Management Institute (IWMI) study.

Overburdened women

Not only must the women do household work and child and elderly care, but also generate income usually by taking on their husbands' role in agriculture. This too without access to capital or credit, while negotiating existing agricultural services dominated by men, where the women have to overcome several cultural barriers.

Women are thus reporting exhaustion, poverty and illness, and fields are being left uncultivated as they struggle to cope alone. In many areas these single women called drought widows or flood widows by their communities, report increased incidences of assault and violence. When disasters happen, such as the 2015 earthquake in Nepal, the lack of men in the village can put communities in further danger, the ActionAid report says.

The struggles of women environmental migrants have been documented but there is no statistical data to formulate effective policies. The crux of the problem is that while disaster-driven forced migration is likely to increase further, there is no systematic data and statistical record of internal and cross-border migration on which governments can base their policies.

A 2016 IWMI infograph says as many as 3.23 million migrants from Bangladesh are in India. India's Minister for State for Home informed Parliament in November that 20 million illegal Bangladeshi immigrants, equivalent to Australia's population, were in India. This is a volatile political issue; in 2004, Parliament was told the 2001 figure was 12 million. A recent report from The Economist quotes a former head of India's Research and Analysis Wing (RAW) saying 15

million Bangladeshis are living in India. A 2016 IOM study, titled *Migrant Smuggling Data and Research: A global review of the emerging evidence base*, says 25,000 Bangladeshis are thought to enter India each year.

While there is no available age or sex-disaggregated data of irregular migrants to India from neighbouring countries, particularly Bangladesh and Nepal, estimates can be surmised from a UN High Commissioner for Refugees (UNHCR) 2015 study, which found that irregular migrants from Bangladesh, Pakistan, Sri Lanka and Nepal into Middle Eastern countries, such as Qatar, Bahrain, Oman, Libya, Kuwait, Saudi Arabia and the United Arab Emirates, are predominantly women. They work as housemaids.

UNODC South Asia Office said in 2012 that no systematic data on irregular migration is maintained in India either at the state or national level. But globally, there is better clarity on the gender dimension of migration. UN Department of Economic and Social Affairs (UNDESA) in 2015 estimated there were almost 244 million migrants in the world, approximately half of whom were women and girls. The International Labour Organisation (ILO) estimated in 2013 that out of 150 million international labour migrants 44% were women.

IOM's 2016 *Atlas of Environmental Migration*, the latest and most exhaustive study on the subject, claims that in 2015, 19 million people were newly displaced due to climate disasters globally. This figure does not even include displacement from drought and slow onset environmental degradation. Overall, one billion out of the planet's 7 billion people are presently on the move, either within countries or beyond borders.

The increasing participation of women of various skill levels in regional migration, whether forced or voluntary, driven in large part by socioeconomic factors underpins the greater gender sensitivity and attention that needs to go into laws, policies, programmes and even climate migration studies.

Slow response

Aside from lack of concrete data and figure what is also obstructing South Asian governments from according the urgency that climate migration requires is that economic migration, also known as South-South migration, has been happening since long.

For a poor Bangladeshi who wants to better his income or escape poverty, irregular migration to India costs only USD 40 to USD 60 including the payment for the migrant smuggler, finds the IOM's *Migrant Smuggling Data and Research* study.

“Migration has always taken place in South Asia, for long before climate change became an issue. Push factors include conflict, poverty, land access and ethnicity; while there are also many pull factors such as development, livelihoods, seasonal labour, kinship and access to health or services,” ActionAid’s Singh said. “Therefore, South Asian countries are slow to recognise the role of climate change as an additional push factor, and the extent to which it is driving migration. Climate change is thus still largely invisible in the migration discourse in South Asia.”

When forced migration triggered by extreme climate adds to the economic migration, clashes over resources and jobs, political seclusion and xenophobia would not be far off, as is seen in the on-going European crises. “There is need for clear definitions of climate migration and displacement which national governments should use, to gather and analyse data on the role of climate change in migration, and develop appropriate policies accordingly,” Singh said.

In South Asia as also in most countries now, disaster risk reduction and building resilience to climate-induced hazards is a key policy component to reduce distress migration. With high levels of poverty, low development indicators and large-scale dependence on agriculture in South Asia, building resilience within a timeframe will remain a major challenge. A challenge, which Hafiza Khatun will brave for many more years, for the sake of her three children.

As the boat reaches the jetty near Hariakhali village, Hafeza stands jostling with several other hopeful women, scouring the faces of the worn out, weather-beaten men who had been rescued from a Myanmar jail, caught while trying to land on its shores on a fishing boat without legal papers. One by one, the men are reunited with wives and joyous children, excited to have their fathers back. After everyone had left, for Hafeza there was just the sound of the waves breaking on the shore.

Fonte: <http://csem.org.br/noticia/5433-women-bear-the-brunt-of-climate-forced-migration> - 04.01.2017

Making violence against ethnic minority women visible

Amel Yacef

Race, ethnicity and religion play a role in minority women’s experiences of discrimination and violence. As a result, women with multi-layered identities are more vulnerable, but this reality is rarely acknowledged, let alone tackled effectively, writes Amel Yacef.

On International Day for the Elimination of Violence Against Women and ahead of the 16 days of activism against gender-based violence, the compound and disproportionate effects of violence on ethnic minority women need to be made more visible and addressed in measures to end violence against women. In particular, intersectionality should be part of an EU strategy to prevent and combat of all forms of violence against women and girls in Europe, called for by a coalition of more than 25 organisations.

Race, ethnicity and religion play a role in minority women’s experiences of discrimination and violence. As a result, women with multi-layered identities are more vulnerable, but this reality is rarely acknowledged, let alone tackled effectively.

Numerous female migrant domestic workers in Europe face indecent working hours and wages, but also physical and psychological abuse by their employers. In the UK, 51% of the domestic workers registered with the organisation Kalayaan, which works with migrant domestic

workers (the majority of which are women), denounced physiological abuse and 20% physical abuse.

In Cyprus, women of African descent are predominately employed in the field of domestic work and fall victim to racial and gender discrimination as they are restricted to work in the lowest echelons of employment while finding themselves at risk of exploitation when their residence status or work status is irregular.

These women are all the more likely to continue enduring this violence because of a number of factors, including fear of deportation, language barriers, discrimination practiced by police officers, and difficulties in accessing support and services.

ENAR research on the impact of Islamophobia on Muslim women in eight European countries showed that Muslim women are more likely to be victims of hate crime and speech than Muslim men, especially if they wear a headscarf, highlighting the intersection of religion, gender and ethnicity in these incidents of violence.

For example, in the Netherlands, over 90% of the victims of Islamophobic incidents reported to the organisation Meld Islamofobie in 2015 were Muslim women. 71% of the perpetrators were men, unknown to the victims. In Italy, Suad Omar,

an Italian-Somali activist and cultural mediator, was verbally and physically abused by a man on a bus, with insults that ranged from the colour of her skin, to her body, to the clothes she was wearing. In Sweden, Muslim women describe stories of being called “witch” and “oppressed”.

Roma women face attacks on their physical integrity such as forced sterilisation, which continues to occur in countries like Slovakia and the Czech Republic. Violence against Roma women often goes unreported due to a number of factors.

Roma women also fear further victimisation by the police and in some cases may not be able to access protection and support services due to their residence status. In Ireland, the abortion ban hinders women’s bodily autonomy, but the situation is worse for migrant women – especially undocumented – who are unable to travel abroad for an abortion.

The structural violence faced by migrant and ethnic minority women also means that they have no safe spaces to address issues of violence against women within communities, as the focus is then put on those issues and results in added stigmatisation.

Although increasing attention has been given in recent years to violence against women in EU laws and policies, women are often considered as

a homogenous category. Too little attention is given to the specific situation of women of migrant or ethnic/religious minority background and to the multiple and intersecting violence and discrimination they face. Both policies and laws against racism, discrimination and hate crime, and those tackling violence against women, must include and specifically address this dimension.

In addition, services to support victims of violence should be equally accessible to all ethnic minority and migrant women, irrespective of their legal status, and service providers should receive gender and culturally sensitive trainings. Specialist organisations working with migrant and ethnic and religious minority women must be supported and receive adequate funding so that services respond to their specific needs.

Data collection on violence against migrant and ethnic minority women is also necessary to design and implement targeted and efficient prevention policies.

Not taking into account the intersection of gender, race and religion when tackling violence against women will result in millions of marginalised women in Europe falling through the net and being invisible and unheard victims.

Fonte: <http://www.csem.org.br/noticia/5348-making-violence-against-ethnic-minority-women-visible> - 25.11.2016

Lives transformed by language classes for Syrian women

A new nonprofit initiative in a Turkish border town is finding that the simple act of teaching Syrian refugee women the local language can help them find jobs, integrate into their communities and empower their families, Didem Tali reports for Women and Girls Hub.

Didem Tali

“Ladies, please open to page 36 of your books,” Veysi Dilmen instructs the dozen or so Syrian women huddled in a small classroom in this Turkish border town. It has seen a massive influx of refugees since war broke out in neighboring Syria. As the women practice the new verbs they’ve learned, some of them sip black tea in tulip-shaped glasses, their children sitting on their laps.

Aisha, 36, is four months pregnant with her first child and has been attending the Turkish-language classes for three weeks. She and her husband fled Aleppo in 2014, leaving her elderly parents behind.

“I am happy being [away from the war], but life is tough here,” says Aisha (who asked that her full name not be published). “I miss my parents so

much; I still see them and our house in Aleppo every night in my dreams. My father has been ill for years. If they die while I am still here, in a secure country, I’ll never be able to forgive myself,” she says, tears running down her cheeks.

Aisha and her husband are desperate to start a family in their new country, despite the economic difficulties they face daily. Her husband is a car mechanic who occasionally works in construction as a laborer, to make ends meet. The fact that neither of them speaks Turkish is a serious obstacle to getting good work. Aisha is currently unemployed – but she isn’t learning Turkish to get a job, although she knows it will help. Her reasons are more personal. “This is not my first pregnancy here,” she says, hesitating. “I’ve lost two babies before.”

Despite still having the characteristics of a developing economy, with a per capita GDP of \$12,000, Turkey has been praised for its efforts to help ease Europe's refugee crisis. The country has taken in almost 3 million refugees since the war in Syria broke out in 2011. But although Turkey's health services are available and free to refugees, there are issues of access, mainly due to the language barrier.

When Aisha had her first miscarriage, she and her husband went to a Turkish state hospital. But because they couldn't speak Turkish and the doctors knew no Arabic, the couple didn't know what was happening. "I don't even know why I lost the baby. The doctors didn't explain. I didn't understand anything," Aisha recalls. When they lost their second baby, they paid to go to a private hospital where there was an Arabic-speaking doctor. Aisha's treatment after her miscarriage cost 200 Turkish lira (\$54) – money they couldn't really afford to spend. "My husband doesn't always have work. It's a lot of money for us," she says.

With support from the humanitarian organization RET International, the women-only classes Aisha attends have been running since July 2016, and so far about 100 students have enrolled. According to Emel Demirel, a project coordinator at Geneva-based RET, learning Turkish is one of the easiest ways to increase the quality of life, not only for refugee women but also their families. "From a gender equality perspective, learning Turkish matters to refugee women like nothing else," she says. "There are a lot of highly qualified

women among the Syrian refugees, but they cannot work in Turkey because of the language barriers."

Demirel says that female refugees who cannot speak Turkish face daily discrimination, such as being cheated when they go shopping for groceries. The damage to a woman's self-confidence can discourage her from leaving the house and, as a result, her visibility, self-sufficiency and independence take a hit. Speaking Turkish not only restores that feeling of independence, says Demirel, but also creates a ripple effect on the rest of the woman's life.

"After finishing the Turkish classes, a physician who was an eye specialist [in Syria] started to work in one of the Mardin hospitals," she says. "There are other professionals who have done the same – such as lawyers and teachers."

Demirel sees the benefits spreading from a woman to her husband, children and extended family – not only can she teach them to speak Turkish, but she can speak for them when they need help accessing services or getting a fair deal when shopping: "When one of them learns Turkish, an entire family will do so much better."

For Aisha, learning Turkish is a way for her to protect the family she's trying to build. "I am praying every day that I get to give birth to a healthy baby," she says. "But if I lose this one as well, this time I at least want to be able to know why I lost it."

Fonte: <http://www.csem.org.br/noticia/5517-lives-transformed-by-language-classes-for-syrian-women> - 24.01.2017

Prioritising Our Female Migrant Workers

Nahela Nowshin

Maksuda Begum, a female migrant worker in Lebanon, who had two tumors in her stomach and was suffering from kidney complications for a long time, breathed her last in a hospital in Beirut on January 16. From being abandoned by the family she was working for to being neglected and maltreated by officials of the Bangladesh embassy in Lebanon, the 35-year-old migrant worker's desperate pleas to repatriate her to Bangladesh fell on deaf ears and her life was eventually cut short.

Not even a month has passed since Maksuda's heartbreaking story came to light and we are faced with yet another tale of a female migrant's unspeakable ordeal in Malaysia. 20-year-old Bithi (not her real name) left for Malaysia 12 days ago,

only to be targeted by a human trafficking gang and sexually abused over 20 times in four days by eight men. Bithi fled the traffickers and with the help of Ain o Salish Kendra and Tenaganita, a Malaysian human rights organisation, was able to return to Bangladesh on Monday morning.

These are only a few of countless cases of the horrific abuse and torture faced by Bangladeshi female workers abroad. Despite more and more women participating in the labour force overseas and bringing in huge sums of remittances, our female migrants largely remain vulnerable to exploitation and abuse. Whereas countries such as Sri Lanka, Nepal, India, Indonesia, Philippines and Ethiopia have vehemently denounced abuse faced by their workers abroad and have taken steps to protect their rights, Bangladesh remains

an outlier in the region in terms of ensuring the rights of her migrant workers.

In 2015, Indonesia announced a permanent ban on sending women as domestic help to the Middle East after reports of widespread abuse and the execution of two Indonesian maids in Saudi Arabia. But around 900 Indonesian women went to the UAE last year after the Indonesian embassy in Abu Dhabi introduced a pilot system of 'outsourced model' in mid-2016 in which men and women can only be recruited through recruitment companies authorised by the embassy for seven categories of work. Conditions imposed by Indonesia include AED 1,200 minimum salary, eight-hour working time daily, and the right to approach the labour court in the event of a dispute. India has also ordered that recruitment of all female workers who hold Emigration Clearance Required (ECR) category passports be done by seven official agencies only. In August of last year, the government of India banned recruitment by private agents for overseas jobs under ECR category. The Philippines recently negotiated a minimum salary of AED 1,500 for workers going to the UAE as housemaids, lifting a ban that they had imposed in 2014.

The dehumanising plight of women migrant workers like Maksuda and Bithi is caused by this very lack of clear mechanisms of recruitment and a failure to delineate our conditions to ensure our workers' safety as the country-of-origin before we send our workers abroad. In fact, their exploitation starts right here at home, where recruitment agencies openly flout laws charging workers way beyond government-set limits, costing them an

arm and a leg. For instance, the Ministry of Expatriates' Welfare and Overseas Employment fixed the cost at Tk 165,000 for a worker to go to Saudi Arabia but jobseekers end up paying as much as an exorbitant Tk 1,000,000.

For our female migrant workers, whose primary motivation to go abroad is due to economic purposes, full economic emancipation is rarely achieved given the often inhumane conditions they are forced to work in—from being denied salaries to having their passports confiscated to being verbally and sexually abused.

Given the huge demand for low skilled female workers, particularly in the Middle East where there is a huge demand for domestic workers, it is high time that the government prioritises people over remittance and recognises the leverage that it has and capitalises on it by bargaining for increased wages, insurance, working hours, etc., following in the footsteps of countries like Indonesia, India and Philippines. The recruitment of low skilled workers for overseas jobs by private agencies, which are rarely strictly monitored, needs to be replaced by official agencies authorised by the government. Furthermore, the low skilled nature of our female workforce abroad—women hailing from rural backgrounds with little to no education—makes it all the more necessary for the Bangladesh government to put in place stringent restrictions and conditions upon receiving countries compelling them to respect our workers' rights.

Fonte: <https://www.neweurope.eu/article/human-rights-refugee-migrant-women-girls-need-better-protected/> - 08.03.2016

Women's safety a top reason for migration among the wealthy

Yafika Chitanda

What motivates wealthy people to migrate? A newly released report by New World Wealth identifies the treatment of women as one of the top reasons for migration.

Many wealthy people, the report says, "want to ensure that their daughters grow up in a safe environment."

Australia takes the top spot as the safest country for women worldwide. It is followed by New Zealand, Canada, USA and Scotland. These countries have stringent laws in place for women abusers.

Women's safety in this study refers to safety from rape, assault, slavery, trafficking etc. and excludes

broader issues such as gender equality and equal rights.

In Africa the safest countries for women are Mauritius, Botswana, Namibia, South Africa, Kenya, Angola and Zambia, with Sudan, Libya, Mali and Somalia being the least safe places for women.

Factors that influence woman abuse are the size of free media, efficiency of law enforcement, value system, level of compassion shown by general population and financial security.

The report says that in future the safety of women will determine the long term prospects of a country.

“Countries with a good level of woman safety will outperform those with low levels of woman safety going forward” says the report.

Other issues the report found as reasons for wealthy people to migrate to a country are; schooling and education opportunities for their

children, work transfers, business opportunities, taxes, healthcare system, religious and racial tensions, and lifestyle: climate, pollution, space, nature and scenery.

Fonte: <http://www.ipsnews.net/2017/02/prioritising-our-female-migrant-workers/> - 02.02.2017

Why migrant women need equality and empowerment

Nenette Motus

Becoming a migrant is an increasingly common way of life and professional choice for women in Asia. According to the United Nations' Department of Economic and Social Affairs, women now account for 42 percent of the total number of migrants in the region.

Popular destinations for female temporary labor migrants from Asia include the oil-rich Gulf countries and the fast-growing economies in Southeast Asia. More women are also migrating to developed nations in East Asia, Europe and North America to meet growing demand for their labor, particularly in the healthcare sector.

Others, many of them overqualified, have found jobs as domestic workers, carers for children and the elderly, or factory workers, notably in the textile and fish processing sectors.

Advertisement

Most of these women are the primary breadwinners for their families back home and have made the agonizing choice to leave their children and families behind to earn a living abroad. Their remittances generate significant cash revenues for many of the labor-sending countries of Asia.

But, as a key theme of International Women's Day on March 8 observes, globalization and technology are changing “the world of work” and many migrant women are being left behind. The theme “Empowering Women in the Changing World of Work” is timely given the benefits in terms of convenience, efficiency and comfort that most of us enjoy from innovation at home and at work.

But for many migrant women in low-skilled jobs abroad with little or no social protection, technological advances are currently more of a threat than an opportunity. At any point they may find themselves competing with automation for their livelihood.

Factories and businesses worldwide invariably weigh the cost of technology against the cost of a

cheap labor from developing countries. When they decide to install new technologies, female migrants—the most vulnerable and the cheapest to fire—are usually the first to be laid off.

We cannot roll back innovation and technological advance. So the solution must begin in the country of origin and involve greater access to relevant education and training. We must provide career development opportunities to women who currently cannot access them.

Better education and training alone are, of course, no panacea. Women with higher skills often work in less skilled professions when they migrate. For instance, many nurses can work as caregivers, but not nurses, in destination countries. Women with teaching qualification often work as housekeepers when they migrate.

Female migrants are now trapped in a supply chain dead end where they have to assume manual tasks. They are not given opportunities to familiarize themselves with technologies and therefore cannot advance themselves. These women are stuck and, as automation increases, their livelihood opportunities will shrink.

We therefore need to maximize the migration experience of women long before they get on a bus, train, boat, or airplane. To empower women migrants, they must be given the same opportunities as men to access relevant training, skills and career development.

The 2030 Sustainable Development Goals contain important gender dimensions which must be reflected in policy and practice in migrant-sending countries, and respected in migrant-receiving ones.

We need gender-specific interventions to promote women's access to technology and “the changing world of work.” These must offer women not just more dignified migration opportunities in destination countries, but also better access to education, health and justice in their countries of origin.

Fonte <http://opinion.inquirer.net/102226/migrant-women-need-equality-empowerment> - 07.03.2017

ESPAÑOL

La Ciudad de México reafirma apoyo a las mujeres migrantes

El Gobierno de la Ciudad de México ha reforzado el debido compromiso con las diversas mujeres migrantes.

Recientemente, el jefe de Gobierno de la Ciudad de México, Miguel Ángel Mancera Espinosa, dio a conocer que se debe evitar que se vulneren los derechos humanos de las mujeres migrantes en Estados Unidos.

A su vez, Mancera Espinosa afirmó que los migrantes son atendidos en las centrales camioneras donde se les proporciona alimentación, hospedaje, apoyo para que regresen a su zona de origen, a que se comuniquen con sus familias en Estados Unidos, así como a certificar el idioma inglés para las personas que lo hablan.

De igual forma, el jefe de Gobierno Miguel Ángel Mancera Espinosa declaró que entre las luchas ganadas y consolidadas en la Ciudad de México que benefician a las mujeres se encuentran el incremento al salario mínimo y la Constitución de la CDMX que refuerza sus derechos, fruto de la ayuda de los grupos feministas.

Cabe mencionar, con información brindada por el portal de Gobierno, que entre las actividades que

la Administración constituye por las mujeres, Mancera Espinosa recordó la campaña Vive Segura, en la cual resaltan el silbato y la app; los transportes del Sistema de Movilidad 1 Atenea, que se dio el banderazo de salida a 17 nuevas unidades, y la construcción de la Casa de la Mujer.

Finalizando, en el evento se contó con la valiosa presencia de las secretarías de Gobierno, Patricia Mercado Castro; del Trabajo y Fomento al Empleo de la Ciudad de México, Amalia García Medina; las titulares del Consejo para Prevenir y Eliminar la Discriminación, Jacqueline L'Hoist Tapia, y del Instituto de la Juventud local, María Fernanda Olvera Cabrera, así como trabajadoras del Gobierno de la Ciudad de México en las zonas de movilidad, seguridad, justicia, participación ciudadana, entre otras; e integrantes del Gabinete Legal y Ampliado.

Fonte: <http://www.sexenio.com.mx/df/articulo.php?id=11492> - 09.03.2017

Trump vs. las mujeres en lucha

El presidente de EU menosprecia a casi todos, pero sus misiles se han enfocado en particular hacia las mujeres y sus derechos

Leticia Bonifaz Alfonso

Trump está lleno de odios, menosprecia a casi todos los seres que habitamos el planeta; pero sus misiles han estado enfocados particularmente hacia las mujeres y sus derechos. Por eso no es casual que, al día siguiente de su toma de posesión, muchos miles de mujeres tomaran las calles en Estados Unidos y en otras ciudades del mundo. El reporte fue de 408 marchas en ese país y 168 en otros 81 países. La mayor participación se dio en Washington, donde se

estima que se reunieron más de medio millón de personas.

Desde la campaña fueron muchas las ofensas a las mujeres. Después del primer debate, todavía dentro de la contienda republicana, ofendió por su vía preferida, el Twitter, a Megyn Kelly que había sido la moderadora del debate. En relación a las ofensas a Hillary, lo que más irritó fue que la llamara "nasty woman". Fueron también motivo de reprobación las afirmaciones contenidas en una grabación donde decía que el poder le permitía

abusar de las mujeres. Con su incontinencia verbal, ha llegado a afectar incluso a su hija Ivanka.

Rebasa este espacio lo que podríamos decir en su relación con Melania. Baste recordar que en las marchas apareció el Free Melania y Wake up Melania como un atento llamado a la primera dama.

Cuando comenzó, con impostura de Rey Sol a dictar sus primeras órdenes ejecutivas, afectó derechos de las mujeres y de los migrantes y fueron mujeres, principalmente, las que tomaron sus laptops y comenzaron a redactar, en el piso del aeropuerto de Nueva York, los habeas corpus que se necesitaban para defender a quienes pretendían entrar al territorio estadounidense y veían coartado su derecho por las recientes disposiciones presidenciales.

La senadora demócrata Elizabeth Warren ha salido en defensa de los derechos de las mujeres, migrantes, personas LGBTI y del medio ambiente como oradora en debates en donde se han discutido las propuestas de Trump.

La juez de Distrito Ann Donnelly, designada por Obama, fue la primera juzgadora en resolver una solicitud de habeas corpus presentada por la America Civil Liberties. Su resolución tuvo efectos generales para garantizar la permanencia temporal de las y los migrantes de los siete países mayoritariamente musulmanes con restricción de entrada a EU. Así evitó la deportación de los afectados.

La juez de Distrito Leonie Brinkema, designada por el presidente Clinton, emitió un segundo fallo

por el que bloqueó la deportación de las personas que tuvieran una green card y que habían sido detenidas en el aeropuerto internacional de Dulles. En su fallo, también ordenó que las y los migrantes tuvieran acceso a la asistencia de abogados.

La ex fiscal general en funciones Sally Q. Yates envió una carta a los fiscales del Departamento de Justicia de Estados Unidos en la que instruyó que no se defendiera en tribunales la orden ejecutiva que instruía a prohibir la entrada a personas de 7 países. El argumento fue que como fiscal general tenía la obligación de defender la Constitución de EU y que la orden en cuestión vulneraba los derechos reconocidos por el Estado. Esta posición dio pie a su remoción inmediata.

Tamika Mallory, Linda Sarsour, Bob Bland, y Carmen Pérez son las cuatro organizadoras de las protestas que buscaron transformar la marcha en un movimiento para articular la presión al Congreso y al Ejecutivo, que aunque por el momento ponga oídos sordos, más adelante tendrá que entrar al aro de las instituciones.

El desprecio de Trump por las mujeres, desde su posición de poder, será paradójicamente una de sus mayores debilidades. Se ha topado con mujeres valientes, decididas y muy comprometidas que estarán ahí recordándole, por todas las vías, que la dignidad no es un objeto al alcance de tiranos.

Fonte: <http://www.eluniversal.com.mx/entrada-de-opinion/articulo/leticia-bonifaz-alfonso/nacion/2017/02/10/trump-vs-las-mujeres-en-lucha> - 10.02.2017

La visibilización de las mujeres migrantes

Nancy Pérez García

Ha sido reciente la visibilización del papel que juegan las mujeres en los procesos migratorios. Desde diferentes disciplinas y perspectivas, se han ido conociendo y comprendiendo los cómo y los porqués de su movilidad de un país a otro, sus motivos, sus circunstancias, sus experiencias y su porvenir en un país ajeno. Su presencia como protagonista activa se había subestimado, identificándolas solo como un sujeto que acompañaba la migración o siendo parte de un conjunto de personas en busca de la reunificación familiar.

En México, han sido distintas las instituciones, organizaciones y academia, quienes han ido abriendo brecha y perfilando la figura de las mujeres en la migración hacia un papel

protagónico. Y ha sido a través de diferentes enfoques, corrientes y disciplinas las que han apoyado a la reconstrucción de su papel principal en las distintas dinámicas migratorias. De este perfil principal, ahora se conoce su peso a nivel interno e internacional, las diversas formas de su participación los desplazamientos, así como la transformación de las relaciones intrafamiliares por causa de la migración de las mujeres.

Entre las distintas instituciones y organizaciones que han dedicado un interés por documentar y reconstruir la figura de la mujer en la migración podemos dar cuenta se encuentra de la creación de alianzas y redes que hacen sinergia en temas comunes. Tal es el caso del Instituto de Investigaciones Económicas de la UNAM, Incide

Social y Sin Fronteras IAP. Si no las únicas, si de las instancias pioneras que con arduo trabajo, han podido abrir vetas de investigación en el tema generando datos duros, documentado experiencias, delineando esquemas de atención para mujeres en ciertos escenarios y colocando el tema en distintos foros.

A propósito del Día Internacional de la Mujer, podemos compartir diversos trabajos y actividades que se han realizado con el ánimo de colaborar con un granito de arena, en la visibilización de las mujeres en la migración.

El estudio “Hacia la construcción de políticas públicas a favor de las mujeres migrantes”, entre Incide Social y Sin Fronteras. Caso Chiapas, México (Incide Social – Sin Fronteras, 2008). Plasma una realidad históricamente dinámica en términos de migración y que pone rostro a las mujeres inmersas en esta dinámica, aporta un acercamiento a la realidad que viven las mujeres migrantes radicadas en la región del Soconusco identificando sus necesidades apremiantes, a partir de las experiencias de las propias mujeres.

Retomando otra característica de las mujeres en la migración, encontramos el tema de la violencia sexual que ocurre en el lapso del tránsito dentro del proceso migratorio. La investigación “Construyendo un modelo de atención para mujeres migrantes víctimas de violencia sexual”, en México (Incide Social – SF, 2012) aborda esta temática señalando que, además de no haberse visibilizado a la mujer en la migración, dentro de su invisibilidad, la violencia sexual es un factor frecuente en ellas. Esta violencia ocurre en un escenario de vulnerabilidad, discriminación e incertidumbre. Señala que el uso excesivo de la violencia atraviesa fronteras y se expresa de muchas formas, como maltratos verbales y físicos, exclusión, robo, extorsión, asaltos, tortura, tráfico y trata de personas, secuestros, violaciones, violaciones tumultuarias y homicidios, entre otros.

En la investigación se señala que el visibilizar la situación a la que se enfrentan las mujeres migrantes y dimensionar el contexto de violencia que enfrentan tuvo como propósito, además de la denuncia, el ejecutar acciones que busquen su protección, como lo fue el diseño de un modelo de atención integral que abarque el ámbito legal, médico y psicológico, tanto para la atención como para la prevención de la violencia, principalmente sexual, contra las mujeres migrantes o transmigrantes por México.

Este modelo de atención creado a partir de esta investigación buscó ser un instrumento que permitiría tanto a albergues como a diversas

instancias que tienen contacto directo con población migrante, contar con una orientación sobre cómo actuar ante una situación de requerimiento de atención para mujeres que han sufrido violación sexual y, en especial, atender posibles consecuencias como infección de VIH/sida, infecciones de transmisión sexual y/o embarazos no deseados; así como ser una herramienta preventiva. Este estudio, se delimitó geográficamente, al tránsito que se realiza por los estados de Chiapas y Oaxaca.

Una investigación más reciente, Aproximaciones al Conocimiento Cuantitativo y de Identidades de las Mujeres en la Migración (Incide Social, Instituto de Investigaciones Económicas, UNAM y Sin Fronteras, 2014) visibiliza a las mujeres centroamericanas que se dirigen hacia México y/o a diversos estados en Estados Unidos de Norteamérica. Fue circunscrito a diversos municipios de Chiapas, Oaxaca, Tabasco, así como en otros estados de la República mexicana identificados como parte de la ruta migratoria de las mujeres centroamericanas (Estado de México, Veracruz, Jalisco, Tamaulipas, Coahuila y Baja California Norte).

Los acercamientos de esta investigación señalaron que no sólo había escasez de fuentes sólidas de su cuantificación, sino también en la caracterización, tanto del perfil, como la ausencia de los referentes culturales que configuran la identidad “originaria”, así como sus cambios en tanto mujeres que han transitado, transita o viven en México. De ahí la necesidad de que se desarrollara y analizara información de tipo cualitativa, relativa a los procesos de construcción en donde los individuos se van definiendo a sí mismos en estrecha interacción con las otras personas; procesos que no tenían una trayectoria lineal, sino de persistencia e irregularidad, de tal manera que la identidad se recomponía cotidianamente sin que desapareciera.

En el análisis cualitativo de la movilidad internacional de las mujeres, se observa un avance en cuanto a que pareciera adquirir mayor relevancia la consideración, de que son las relaciones sociales de género, sus marcos teóricos y las redefiniciones conceptuales las que deben enriquecer los estudios sobre estos procesos, en los niveles de los diversos sistemas migratorios que hay en el plano regional y mundial.

No podemos continuar en el análisis básico de la mayoría de las estadísticas actuales, en donde, el prototipo del migrante es varón, joven y proveedor económico. Hay que avanzar hacia la presentación de datos desglosados por sexo en las estadísticas públicas y hacer cruces y

tabulaciones que generen nuevos indicadores para entender y evaluar la situación diferenciada entre mujeres y hombres migrantes, a causa de sus distintos papeles y apreciaciones sociales (Daeren, 2000:5).

Diversas instituciones internacionales han insistido en la necesidad de incluir en los censos de todo el mundo informaciones básicas sobre migraciones con perspectiva de género y la consideración de que la falta de información,

debilita la toma de decisiones y las políticas migratorias.

Para la construcción de políticas públicas integrales e incluyentes, es indispensable un diagnóstico consistente en los aspectos cuantitativos y cualitativos de la participación de las mujeres en la migración.

Fonte: <http://csem.org.br/noticia/5720-la-visibility-de-las-mujeres-migrantes> - 09.03.2017

Mujer, joven, simpapeles y en la calle

Helena López

Fátima aún no ha cumplido los 19 años y rezuma una madurez que asusta y hace sacar los colores de la Europa blanca y blindada. “Ninguna chica sale de casa de sus padres por gusto. La calle es muy dura, y para una mujer, todavía más”, narra la joven, nacida en Marruecos, quien llegó sola a Barcelona al alcanzar la mayoría de edad tras pasar 11 años en Melilla y vivir en un centro de menores que prefiere olvidar.

Shalott también salió muy joven de su Ghana natal, donde vivía con una madrastra que hacía buena a la de Cenicienta. “No aguanté más y me fui. Primero estuve en Alemania, pero no era para mí”, cuenta la joven, quien llegó a Barcelona sola hace “un año y dos meses” -recuerda con precisión-, aunque no puede decirse que se instaló. “Dormía en la playa, donde está la discoteca. Yo pensaba que me moría al día siguiente; en mi país no hace frío”, relata la joven, de 22 años, a quien Fátima llama con cariño Mamá África, con una sonrisa pese a la dureza de lo que explica.

Fátima y Shalott comparten piso en la calle del Carme; una de las viviendas del Servicio de Transición a la Autonomía del Casal dels Infants del Raval, programa para jóvenes en situación de calle, sin red familiar ni social, que les acompaña en su proceso de emancipación. El suyo es el único piso para chicas –frente a los tres de chicos-, con cuatro plazas, que completan Maysa, también marroquí, de 18 años, y Ángela, hondureña, de 22, víctima, además, de violencia machista.

“Siempre te piden algo”

A primera vista, el suyo podría parecer un piso de estudiantes al uso (bastante más limpio y ordenado, eso sí). En cierta manera, lo es. Las cuatro están estudiando. Pero sus mochilas vitales pesan mucho más que las de la mayoría

de estudiantes. Su condición de mujeres, muy jóvenes, migrantes y sin ninguna red familiar las ha hecho cuatro veces vulnerables. “Cuando estás en la calle, nadie te ofrece techo gratis. Siempre te piden algo. Y si eres mujer, tienen claro lo que quieren de ti”, cuenta Fátima, con muchas ganas de hablar. “No estamos acostumbradas a que nos pregunten y tenemos mucho que contar. No nos ven tanto como a los chicos porque sobrevivimos de otra manera, pero existimos. Conocemos a muchas chicas en la situación en la que nos encontrábamos nosotras antes de llegar al Casal. Hacen falta más recursos para chicas sin un hogar estable. Yo llegué aquí derrotada; ya había tirado la toalla, cansada de que me cerraran puertas”, continúa esta mujer valiente, en el piso desde el pasado 13 de septiembre.

Si algún rostro conocen bien estas cuatro chicas es el del miedo. “En la calle no duermes. Te pasas toda la noche despierta, con pánico a que te hagan algo. No porque seas miedosa, sino porque ya lo has vivido. Sabes lo que es. Y cuando vives con alguien que te ofrece techo, no eres libre. No puedes decidir. Los hombres saben que no tienes alternativa y creen que pueden hacer lo que quieran contigo”, añade Shalott, la que lleva más tiempo en el piso de las cuatro, y a quien se le llenan los ojos de lágrimas al pensar que algún día tendrá que dejarlo e imaginarse de nuevo en la calle. Por las mañanas, trabaja media jornada de asistente personal y, por las tardes, se está sacando la ESO. “Me va muy bien, lo único que llevo mal son las mates”, dice con una sonrisa por la que asoma la infancia que no pudo vivir.

Maysa es la más callada de las cuatro. Cogida de la mano de Fátima –su particular hada madrina, quien le abrió las puertas del Casal, y a quien conocía solo por Facebook-, escucha, tratando de entender, y sonrío amable. Llegó de Marruecos

hace tres meses, y lleva solo tres días en el piso. Ha empezado ya un curso de catalán y otro de inglés.

El relato de Ángela tiene muchos puntos en común con los de sus compañeras de piso. Llegó a Barcelona a los 19 años, hace tres, y su vida en la ciudad ha sido de todo menos fácil. "Llegué al Casal en noviembre del año pasado, llorando de rabia, por encontrarme todas las puertas cerradas por no tener papales", expone la joven hondureña, quien pasó también nueve meses en un piso de acogida para mujeres maltratadas.

"Pero se me acabó el tiempo sin que hubiera logrado la autonomía -explica serena-, y me vi otra vez en la calle". Además de piso, como Shalott, está también haciendo prácticas de asistente personal con ECOM, entidad sin ánimo de lucro. "Darte cuenta de que puedes ayudar a otra persona es una experiencia maravillosa -expone Ángela-; ver a la señora Ana [su asistida], con el ánimo bajo, charlar con ella y darte cuenta de que la animas te hace sentir muy bien".

"Como un perro sin dueño"

"Ya no siento aquel abandono de antes, cuando me sentía como un perro sin dueño. Estoy más tranquila. Ahora siempre hay alguien que me pregunta cómo estoy. A mí antes nunca nadie me preguntaba cómo estaba. Es muy bonito cuando llegas a casa y alguien te escucha. Cuando sientes que le importas a alguien. Recuperas el amor por ti misma también", se abre Fátima, contenta, además, porque se ha podido apuntar a boxeo, su pasión, "donde El Chatarrero".

Shalott ve también ahora la vida de otro modo: "ahora me veis hablar y reír, pero cuando llegué, no hablaba. No me fiaba de nadie".

Silvia Azabal, responsable de la fase de vivienda del Servicio de Transición a la Autonomía del Casal, escucha a las chicas sin ocultar su orgullo por el coraje y la empatía que derrochan sus palabras. No piensan solo en ellas; cada vez que reivindican la necesidad de más recursos lo hacen pensando en sus compañeras. "Este también es un lugar donde desaprender lo aprendido -concluye-; donde sacarles de la cabeza el 'no puedes' con el que han crecido".

Fonte: <http://www.elperiodico.com/es/noticias/barcelona/mujer-juven-migrante-calle-5878592> - 06.03.2017

Detrás de las remesas de las migrantes está la violencia de género

El Gobierno federal pone especial atención en las remesas generadas por mujeres migrantes que trabajan en Estados Unidos "como productos", en lugar de atender el contexto de violencia de género que las mujeres enfrentan para obtener sus salarios, denunció la investigadora del Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades (CEIICH) de la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), Elena Jarquín Sánchez.

La especialista en el uso de las remesas de la migración desde la perspectiva de género dijo en entrevista para Cimacnoticias que, con el gobierno de Donald Trump, la propuesta de Estados Unidos por hacer más restrictivas las políticas migratorias "agravarán las condiciones para las mexicanas migrantes".

Y explicó: "Las remesas es lo que más preocupa al Gobierno mexicano, igual que al Banco Mundial, las cuentan como si fueran producto de negocios e ignoran todas las irregularidades que hay en el pago de las y los indocumentados".

De acuerdo con datos de 2015 del Centro de Estudio Monetarios Latinoamericanos (Cemla), las mujeres envían 26 por ciento de las remesas a México desde Estados Unidos. Y aunque, según

el Banco Mundial, a nivel internacional las mujeres generan 50 por ciento de las remesas enviadas, la Organización Internacional para las Migraciones (OIM) ha dicho que ellas envían el doble porque sus salarios son menores en proporción con los de los hombres.

Jarquín Sánchez destacó la importancia de atender dichas desigualdades de género en el envío y producción de remesas porque, asegura, están presentes desde el momento en que las mexicanas dejan el país.

Explicó que "luego de realizar investigaciones en Tlaxcala, junto con el CEIICH, encontramos que si bien son más los hombres que emigran hacia Estados Unidos, las mujeres inmigrantes tienen mayores niveles de estudio, pero al llegar al país del norte reciben menos salarios y están expuestas a más violencia, como la de tipo sexual".

La académica destacó que el envío de remesas de las mujeres se da en mayor proporción porque, muchas veces, de eso dependen sus familias y su esfuerzo es doble, pues "tienen trabajos de menor calidad, menos sueldos. Se insertan en el mercado haciendo las actividades que, por estereotipos de género, se les atribuye

como cocinar o cuidar niños; además de ser víctimas de maltrato y discriminación”.

Se sabe que las mexicanas migrantes se emplean en Estados Unidos mayormente como trabajadoras del hogar y en servicios de limpieza, en una proporción de 41 por ciento, según el

Consejo Nacional de Población (CONAPO). Y, además de los bajos sueldos que reciben en estos empleos, 70 por ciento cubre jornadas laborales de tiempo completo.

Fonte: <http://elheraldodesaltito.mx/2017/02/17/detras-de-las-remesas-de-las-migrantes-esta-la-violencia-de-genero/> - 17.02.2017

Las mujeres migrantes ¡así son!

Las mujeres migrantes siguen representando a una de las poblaciones más vulnerables, en situaciones de exclusión, desigualdad y discriminación.

Karla Meza Soto

Este 8 de marzo, como cada año, se conmemora el Día Internacional de la Mujer; seguramente muchas personas ya lo tienen presente y sus acciones durante el día podrán ser diversas. Sin embargo, sea cual sea su actuar, es importante que todas conozcan el origen de este día e identifiquemos los retos persistentes.

El nacimiento de esta conmemoración se debe a diversos sucesos de finales del siglo XIX y particularmente a uno de principios del siglo XX. El 25 de marzo de 1911, 149 personas, la mayoría de ellas mujeres, perdieron la vida cuando la fábrica de textiles Triangle Shirtwaist de Nueva York se incendió. Este hecho reveló las precarias condiciones en las que se realizaba este trabajo, que muchas de estas mujeres eran migrantes que se encontraban en situación de pobreza y quienes evidentemente no eran tratadas de manera igualitaria. De tal forma, este suceso se convierte en el recuerdo de la razón por la cual seguir luchando por la igualdad y garantía de los derechos humanos de las mujeres.

A pesar de que este suceso tiene más de un siglo, aún es evidente la necesidad de seguir promoviendo los derechos humanos de las mujeres y, particularmente, de las mujeres migrantes. De hecho este evento podría ser una noticia reciente y al leerlo incluso podría imaginarse el lugar o lugares donde se produjo y la nacionalidad de estas mujeres.

El 50 % de la población en todo el mundo son mujeres quienes económicamente aportan el 40 % del PIB a nivel mundial. Este mismo porcentaje, 50 % es reflejo de la presencia de las mujeres dentro de los flujos migratorios, así como dentro de las personas que requieren protección internacional (solicitantes de asilo, refugiadas, desplazadas internas, apátridas), sin embargo en la realidad este grupo sigue representando a una de las poblaciones en mayores condiciones de

vulnerabilidad, en situaciones de exclusión, desigualdad y discriminación.

En este sentido, el pasado 25 y 26 de enero diversas instituciones convocamos al IV Simposio Internacional sobre Feminización de las Migraciones “Panorama de la agenda global”, en la que diferentes actores compartieron sus reflexiones y propuestas en torno a la participación de las mujeres en la migración, particularmente en el corredor Centroamérica – México – Estados Unidos.

Entre los hallazgos y resultados de éste, encontramos que los flujos migratorios en este sistema migratorio responden a la misma dinámica que a nivel mundial. El Departamento de Asuntos Económicos y Sociales de Naciones Unidas reporta que, al menos desde los años 90, las mujeres representaban entre el 48 y 52 % de los flujos migratorios en la región. Sin embargo, muy pocos son los marcos normativos y políticas públicas en la materia que incorporan una perspectiva de género o bien acciones afirmativas encaminadas a disminuir la desigualdad en la que se encuentran.

Las mujeres enfrentan desde sus lugares de origen, así como en los de tránsito, destino y retorno, situaciones de exclusión y desigualdad social vinculadas al sistema patriarcal arraigado en la región. Estos factores o características específicas vinculados a esta población se interrelacionan con otros factores vinculados a su movilidad, los cuales potencian y profundizan las situaciones de violencia, desigualdad y exclusión.

Estas situaciones deben considerarse dentro de la grave crisis de derechos humanos y violencia que enfrenta la región, las cuales han provocado un mayor número de violaciones a derechos humanos y criminalización de las personas migrantes y sujetas de protección internacional, en donde las mujeres, niñas, niños y adolescentes son dos de los grupos más afectados.

Este agravamiento del contexto regional nos indica cada vez con mayor fuerza la necesidad de hacer frente a estas nuevas realidades de una forma mucho más innovadora, articulada y encaminada a trabajar en los modelos de desarrollo implementados en la región, cuyas características y dinámicas han abierto aún más las brechas de desigualdad, pobreza y precariedad en la cual vive la población, causas estructurales de los flujos migratorios pero también consecuencia de éstos.

En el caso específico de México, el día internacional de la mujer no solo nos presenta el reto de la transversalización, sino también de que ésta sea acompañada de una fuerte articulación entre los diferentes actores vinculados al tema migratorio y de asilo que enfoque sus esfuerzos en:

Fortalecer la política de protección a connacionales en el exterior considerando un enfoque de género, que permita garantizar el respeto a los derechos humanos de las más de 5 millones de mujeres migrantes mexicanas que se encuentran en los Estados Unidos.

Cumplir a cabalidad con las recomendaciones que han sido emitidas al Estado Mexicano por el sistema regional y el de Naciones Unidas, a fin de garantizar los derechos de la población migrante y sujeta de protección internacional, especialmente de las mujeres, como es la identificación de necesidades de protección basado en violencia de género y su adecuada atención a través de protocolos de atención con perspectiva de género.

Ratificar e implementar el Convenio No. 189 de la OIT a fin de reconocer los derechos de los y las

trabajadoras del hogar, un sector importante en el cual se insertan las mujeres migrantes.

Incorporar la perspectiva de género en la construcción del Tercer Informe periódico de México sobre el cumplimiento de la Convención Internacional sobre la Protección de los derechos de todos los trabajadores Migratorios y de sus Familiares, así como los avances y retos a nivel nacional y local.

Construir e implementar políticas a nivel nacional y local encaminadas a la integración e inclusión de las mujeres migrantes y sujetas de protección internacional y sus familiares garantizando así el acceso y ejercicio pleno de sus derechos.

Armonizar los marcos normativos y políticas públicas relacionados, particularmente con el tema migratorio y de asilo, a fin de que éstos consideren una perspectiva de género transversal en su lenguaje y contenidos, incorporando acciones afirmativas a favor de las mujeres migrantes y sujetas de protección internacional.

Fortalecer las acciones de visibilización y reconocimiento de la presencia y aportes de las mujeres dentro de los flujos migratorios, desde la perspectiva de origen, tránsito, destino y retorno.

Es así como el 8 de marzo, día internacional de la mujer, nos da el pretexto para reconocer que es necesario construir e implementar un nuevo modelo de desarrollo basado en la seguridad humana, y con una clara perspectiva de género y derechos humanos, así como transversalizar esta perspectiva dentro del trabajo vinculado al tema migratorio y viceversa.

Fonte: <http://www.animalpolitico.com/blogueros-blog-invitado/2017/03/07/las-mujeres-migrantes-asi-son/> - 07.03.2017

Agentes de la Patrulla Fronteriza fueron acusados hoy de abusar sexualmente de dos hermanas indocumentadas de Guatemala tras ser detenidas en la frontera con México.

“Clarita” de 20 años y su hermana de 17, hicieron la denuncia pública este día respaldadas por la Unión de Libertades Civiles de América (ACLU, por sus siglas en inglés).

En una entrevista telefónica Clarita acompañada de los abogados contó la amarga experiencia que se convirtió en una pesadilla cuando fueron tocadas indebidamente por un agente en un cuarto en donde estaban retenidas.

Aseguró que tanto ella como su hermana y de manera separada fueron obligadas a desnudarse ante el mismo agente de la Patrulla Fronteriza, quien les dijo que eso lo hacía como seguridad.

La demanda federal fue presentada este día por abogados de ACLU en contra de la corporación (CBP) y a nombre de las dos jóvenes que ahora radican en Fresno, al lado de su madre.

Las hermanas, no identificadas, tenían 19 y 17 años de edad cuando se perdieron a lo largo de la frontera de Presidio, Texas y Ojinaga, México, el 11 de julio de 2016. Ambas, y otro compañero, un menor, entonces vieron a dos oficiales del CBP y pidieron ayuda por desesperación.

Las hermanas fueron transportadas a una oficina en Presidio, donde afirman que un oficial de la CBP las obligó por separado a entrar en una

“habitación tipo armario” antes de obligarlas a quitarse la ropa y agredirlas sexualmente.

Una vez dentro de la pequeña habitación que parecía ser una despensa de alimentos, el oficial - cuyo nombre fue citado en reclamaciones federales por agravios presentadas en nombre de las hermanas por ACLU, pidió a la mujer de 19 años que se quitara la ropa.

“El oficial me tomó de la cintura y forzosamente tiró de su ropa interior”, de acuerdo con la demanda de agravio.

El oficial ordenó a Clarita que volviera a su celda después del incidente que duró de cinco a siete minutos. Luego esta vio que el mismo oficial llevaba a su hermana entonces de 17 años a la misma habitación, donde abusó de ella y le pidió que no le dijera a nadie lo que había pasado.

Las hermanas, que ahora viven en California con su madre, reportaron el abuso a otro oficial del CBP, de acuerdo con funcionarios de ACLU, quienes dicen que una investigación fue iniciada por la Oficina de Inspector General del Departamento de Seguridad Nacional.

Pero las acusaciones criminales no han sido perseguidas contra el oficial a pesar de la severa angustia emocional que las hermanas continúan

soportando, dijeron representantes de ACLU este miércoles.

“CBP debe ser responsable por el abuso sexual de parte de sus oficiales”, dijo Angélica Salceda, abogada de ACLU de Northern California.

En su declaración, Clarita dijo que el incidente le causó “tanto dolor y tristeza”.

“Estoy contando mi historia porque no quiero que nadie más pase por esto”, dijo la mujer. “Espero que el oficial sea honesto acerca de lo que hizo y se responsabilice de sus acciones”, indicó.

“Esta es la única manera en que podremos asegurar que esto nunca vuelva a suceder y exigir que aunque no seamos de este país se nos trate con respeto”, demandó.

Las reclamaciones de las mujeres fueron presentadas bajo la Ley Federal de Reclamos de Accidentes, que permite a las personas demandar al gobierno federal y buscar daños monetarios. Cada una busca reclamos por lesiones personales de 750 mil dólares, explicaron representantes de ACLU.

Fonte:

<https://www.elheraldodechihuahua.com.mx/mundo/593178-acusan-a-agentes-de-patrulla-fronteriza-por-violar-a-mujeres-migrantes> - 22.03.2017

ITALIANO

Sempre più donne sulle rotte migratorie. Tra sfruttamento e paura

Inchiesta di Caritas Algeria sulla femminilizzazione delle migrazioni, che si concentra sulle donne arrivate in territorio algerino. Vengono dall’Africa occidentale e centrale, sono giovani, nubili, hanno studiato. E hanno il sogno di raggiungere l’Europa.

Ricercatori e associazioni che si occupano di migranti sono concordi: sono sempre di più le donne che si mettono in viaggio verso un futuro che sperano migliore. Questo fenomeno ha un nome: femminilizzazione delle migrazioni. Per questo, Caritas Algeria, in collaborazione con il Laboratorio di sociologia dell’Università di Algeri II, si è impegnata a prendere in esame le donne migranti subsahariane presenti sul territorio algerino. Due gli obiettivi principali: precisare il profilo della donna migrante e capirne i bisogni per stabilire, sulla base dei risultati, nuovi progetti di aiuto che meglio corrispondano alle loro esigenze. L’inchiesta di Caritas Algeria – pubblicata nel dossier di Caritas italiana “Algeria/Purgatorio dimenticato. Fra i drammi e i

sogni dei migranti che fuggono” – è stata condotta nei primi sei mesi del 2016 tra Orano, Algeri e Tamanrasset e ha coinvolto 559 donne. È stato loro distribuito un questionario (anonimo) costituito da 75 domande legate all’evoluzione della loro situazione, tra ancoraggio familiare e/o professionale al Paese d’origine, esperienza del viaggio, insediamento in Algeria e domanda di aiuto. Era previsto anche uno spazio di espressione libera.

Le donne intervistate provengono in particolare dall’Africa occidentale e centrale. I Paesi più rappresentati sono Camerun (59 per cento); Mali (10 per cento); Liberia (10 per cento) e Costa d’Avorio (8 per cento). Le migranti sono generalmente giovani, di età media intorno ai 30

anni. Quasi tutte prima della partenza avevano un lavoro, in particolare nei saloni di bellezza, nel commercio, in alberghi e ristoranti. Circa la metà ha un livello di istruzione pari alla scuola media, il 23 per cento ha frequentato le superiori e l'11 per cento è laureato. Solo l'1 per cento non è mai andato a scuola. Due su tre sono nubili.

Perché hanno lasciato i loro Paesi? Spesso si tratta di ragioni economiche (74 per cento); chi viene da Mali, Costa d'Avorio e Repubblica Centrafricana è in fuga dalla guerra; un 11 per cento fa riferimento a questioni familiari. Tutte hanno viaggiato via terra e in forma irregolare: c'è chi ha scelto la strada più veloce ma anche più pericolosa, chi ha preferito il percorso lungo ma più sicuro, attraverso le capitali, per trovarsi un'occupazione momentanea durante il viaggio in modo da garantirsi il proseguimento. Quasi il 70 per cento delle intervistate ha riferito di avere subito violenze: verbali, morali, fisiche o sessuali, anche per mano di funzionari corrotti.

“Arrivando in Algeria e passando per le città del sud, in particolare Tamanrasset, sono state alloggiate nei cosiddetti ‘ghetti’, luoghi in cui i migranti sono generalmente suddivisi per nazionalità – denuncia Caritas –. Lì tutto è a pagamento: mangiare, dormire, lavarsi. Si dorme in 20 in una stanza, a terra, su stuoie. Alcune ricorrono alla prostituzione per saldare la propria quota. Le donne che non sono in grado di pagare il viaggio verso le città costiere con fondi propri sono costrette ad affidarsi agli uomini della loro comunità”. Per questi ultimi, infatti, dopo l'iniziale fase di adattamento, è più facile trovare un lavoro (spesso nell'edilizia, spesso ai limiti della legalità). Così, si fanno carico dei costi delle donne, avvalendosi anche dei cosiddetti maquis (una specie di taverna) luoghi abusivi dove si servono alcolici: sono gestiti e accolgono solo migranti. Qui

le donne possono trovare alloggio e occupazione: tengono compagnia e servono bevande ai visitatori, totalmente soggette alla proprietà, trattate come schiave (sveglia presto e a letto tardi, essere disponibili a ogni giorno di ogni giorno per servire i clienti). Il 2 per cento delle donne coinvolte nella ricerca hanno vissuto, per un lasso di tempo, nei maquis.

Chi riesce ad arrivare alle città del nord, può ‘scegliere’ tra due diversi modelli di prima accoglienza: l'occupazione abusiva di case in costruzione (che interessa il 7 per cento delle intervistate) o l'affitto di camere o garage appena edificati in cui vivono rispettivamente il 10 e il 47 per cento delle donne. A quel punto, solo chi è in grado di trovare il modo per avere un reddito fisso può passare alla seconda accoglienza, che prevede più comfort, sicurezza e privacy. Nelle condizioni di prima accoglienza è estremamente raro che una donna rimanga sola: la maggior parte contrae un'unione più o meno tollerata con uomo che si prende cura di lei ed, eventualmente, dei figli. Nel 68 per cento dei casi, le migranti coinvolte nella ricerca hanno dichiarato di essersi messe in coppia non per scelta, ma per necessità materiale e finanziaria.

Che sogni hanno queste donne? La metà di loro vuole andare in Europa; il 30 per cento, invece, vorrebbe tornare nel proprio Paese d'origine. Un 14 per cento resterebbe in Algeria; e all'1 per cento farebbe comodo un aiuto finanziario. “Tutte risultano comunque ansiose di ricevere una formazione che potrebbe aiutarle a trovare una piccola fonte di reddito e, di conseguenza, anche di conseguire una certa autonomia”.

Fonte: <http://www.csem.org.br/noticia/5591- sempre-piu-donne-sulle-rotte-migratorie-tra-sfruttamento-e-paura> - 08.02.2017

Immigrazione femminile – l'altra metà del mondo

L'altra metà del mondo è femminile. Soltanto nel capoluogo siciliano vivono quasi 13 mila donne con cittadinanza straniera, provenienti da 115 diverse destinazioni diverse. Ma come vive quest'altra metà di essere umani?

Nel variegato e colorato mosaico interculturale presente ormai da decenni nella nostra Isola, le donne rappresentano una presenza numericamente molto forte. Soltanto nel capoluogo siciliano vivono quasi 13 mila donne con cittadinanza straniera, provenienti da 115 diverse destinazioni diverse.

Le donne, con la loro presenza massiccia rappresentano quasi i due terzi del totale degli immigrati presenti in Sicilia. Nell'arco di un paio di

anni, sono passate dal 43 a più del 49 per cento. Possiamo affermare con certezza che le donne sono cresciute di più rispetto agli uomini.

Il maggior numero di donne straniere ha origini rumene e rappresentano il 17 per cento del totale delle donne straniere. Alle rumene seguono le cittadine provenienti dallo Sri Lanka con una rappresentanza pari al 14 per cento. Poi, abbiamo il Bangladesh, con il 12 per cento, Ghana e Filippine, che si attestano intorno al 14 per cento,

nonché le Mauritiane con il 5 per cento. A queste seguono le tunisine, le cinesi e le marocchine che si aggirano, più o meno, intorno al 4 per cento delle presenze femminile straniera.

Come in tutte le realtà del mondo, sono le donne che oggi garantiscono il maggior carico del lavoro di cura nella famiglia, in un territorio cronicamente deficitario nelle politiche sociali riguardo ai minori e agli anziani. Il ruolo lavorativo che rivestono, infatti, si muove in quell'ambito.

Il rapporto già abbastanza complesso tra la realtà delle migrazioni e la retorica dell'integrazione assume caratteri più ostili quando si parla di donne. Infatti, le migrazioni femminili portano con sé una serie di caratteristiche particolari che contraddistinguono ogni fase del percorso migratorio. Inoltre, i meccanismi di discriminazione che colpiscono tutti i migranti provenienti dai paesi più poveri vengono acuiti da precisi fattori di genere.

Purtroppo, però, le donne immigrate rappresentano una realtà forte e incisiva nell'impiego della tratta che, negli ultimi anni, ha aumentato esponenzialmente il numero di persone schiavizzate, violentate, comprate, vendute, trasformate in merce.

Le donne, tra queste molte minori, sono i soggetti più vulnerabili. Secondo dati riportati dall'Oim, Organizzazione internazionale immigrati, in tutta Europa, l'85 per cento delle persone è vittima della tratta. Ebbene, il 68 per cento è composto

da donne e il 12 per cento da bambine e adolescenti. Sempre secondo dati dell'Organizzazione, negli ultimi anni si è registrato un forte incremento del fenomeno, soprattutto nell'ambito dello sfruttamento della prostituzione che vede particolarmente coinvolte le nigeriane, fatte arrivare in Italia con il preciso scopo di renderle oggetto di sfruttamento sessuale. Non solo sfruttate e maltrattate, anche sotto il profilo sanitario, le donne straniere sono i soggetti più fragili. Basti pensare che complessivamente le donne aiutate dagli enti caritativi sono 12.745, pari a poco più del 48,4 per cento del totale degli utenti. Le donne straniere tendono ad essere più giovani, e una su quattro è minorenni. In particolare, nel capoluogo siciliano, le donne aiutate dagli enti caritativi sono 5.800 circa, pari al 43,7 per cento del totale degli utenti. In generale si tratta di donne più giovani: è minorenni una su quattro tra le italiane e quasi una su tre tra le straniere.

Ma il ruolo delle donne è essenziale, soprattutto, per offrire un punto di vista fondamentale alla comprensione delle dinamiche comunitarie. Le loro pratiche interculturale si riproduce direttamente nel mercato del lavoro, della scuola, della famiglia e della società intera.

Le donne rappresentano quella metà del mondo che porta avanti idee, progetti, obiettivi.

Fonte: <http://www.csem.org.br/noticia/5706-immigrazione-femminile-l-altra-meta-del-mondo> - 08.03.2017

Dal lavoro alla famiglia, se per le donne immigrate la fatica è doppia

Sono oltre due milioni le stranieri regolari che vivono e lavorano nel nostro paese. Ma nonostante la presenza massiccia (52 per cento degli immigrati totali) sono sempre più esposte a occupazioni dequalificanti e problemi quotidiani di integrazione e conciliazione con i tempi di vita. "Su loro basiamo il nostro welfare, ma le rendiamo sempre più vulnerabili."

Lavori dequalificanti e meno retribuiti, maggiore inoccupazione, difficile conciliazione tra i tempi di vita e quelli lavorativi. Se secondo gli studi sono questi alcuni dei principali problemi delle donne, che determinano ancora oggi un livello molto elevato di gender gap, nel caso delle immigrate la situazione è anche peggiore. Lo dicono i dati dell'ultimo dossier statistico immigrazione 2016.

Nello specifico, le donne straniere che vivono regolarmente nel nostro paese sono oltre due milioni (il 52,6 per cento degli immigrati regolari). La maggior parte arriva dai paesi dell'Est come l'Ucraina, la Romania e la Moldavia, ma anche da Filippine, Bangladesh e Senegal. Ma nonostante la presenza massiccia, che supera quella maschile, e l'esistenza di comunità di connazionali

ormai ben radicate, è sempre più difficile per queste donne una completa integrazione e realizzazione nel nostro paese. La maggior parte di loro, infatti, è occupata in mansioni dequalificate con il rischio reale di una segregazione in ruoli lavorativi di serie b. "Uno dei problemi più grandi è quello del riconoscimento dei titoli di studio, che rappresenta un forte limite per la mobilità sociale sia delle donne che degli uomini – spiega Serena Piovesan, una delle curatrici del dossier Idos -. In particolare, le donne dell'Est arrivano qui con titoli di studio medio alti ma in rari casi riescono a spenderli: anche se nel loro paese si sono laureate qui vengono a fare le badanti, un lavoro che non corrisponde al percorso scolastico che hanno fatto e dal quale non riescono a staccarsi. E' molto difficile che

dopo aver fatto per anni le assistenti familiari, riescano poi a fare altro”.

Molto spesso esse rappresentano “la soluzione a basso costo” per il sistema di welfare italiano, soprattutto in relazione ai servizi di cura. Non è un caso, spiega il dossier, che la crisi abbia investito in misura più pesante l'occupazione maschile dequalificata, senza mettere particolarmente in discussione il ruolo del lavoro domestico e di cura quale fondamentale bacino occupazionale per le donne straniere. Nel 2015 esso interessava – secondo le rilevazioni dell'Istat – quasi la metà delle occupate straniere (46,8%), senza contare le irregolari e tutta l'area del sommerso, difficili da stimare. Stando ai dati dell'Inps, inoltre, negli ultimi tre anni il numero di lavoratrici domestiche straniere ha mostrato un decremento (-2,7 per cento tra 2014 e 2015), mentre un trend opposto ha interessato la componente femminile italiana; tuttavia l'incidenza delle straniere è schiacciante (74,7 per cento) e il loro numero rimane abbondantemente sopra le 500mila unità. A diminuire sensibilmente è stata la categoria delle colf (-5,4% rispetto al 2014, -17,3% rispetto al 2011), mentre il numero delle assistenti familiari – le lavoratrici che svolgono delicati compiti di cura e assistenza – è rimasto pressoché invariato nell'ultimo anno (+0,2 per cento) e, rispetto al 2011, è salito del 13,3 per cento.

Un'altra criticità riguarda l'inserimento nel mercato del lavoro delle donne non comunitarie, che hanno tassi di occupazione inferiori di dieci punti percentuali rispetto alla componente comunitaria (46,7 per cento vs 56,9 per cento), e superiori di altrettanti punti quando si considerano

i tassi di inattività (43,7 per cento per le non comunitarie, 33,4 per cento per le comunitarie). In alcuni casi l'inattività raggiunge valori superiori al 70 per cento, come per esempio tra le donne egiziane e indiane, e oltrepassa addirittura l'80 per cento tra le donne provenienti da Bangladesh e Pakistan. Il tasso di disoccupazione, mediamente al 16,1 per cento per le comunitarie e al 18,7 per cento per le non comunitarie, tocca il picco tra le egiziane (45,6 per cento), e si aggira su valori compresi tra il 32 per cento e il 38 per cento nei casi di pakistane, tunisine, marocchine e albanesi. Aldilà degli aspetti culturali, incidono anche fattori demografici (presenza di molte giovani madri con figli piccoli), nonché problemi di conciliazione tra accudimento della prole e opportunità lavorative disponibili. Il problema della conciliazione dei tempi di vita e di lavoro è infatti molto difficile da superare per le donne immigrate. “Spesso non possono contare su una rete familiare che possa sostenerle nel momento del bisogno, come quando nasce un figlio o hanno problemi di salute – spiega ancora Piovesan -. E questo lo dimostrano i dati dell' Istat: in molti casi accettano il part time anche se vorrebbero lavorare di più”. Se, da un lato, dunque, le donne migranti si confermano artefici della “catena di cura globale” e assumono sempre di più un ruolo economicorilevante, i fenomeni migratori in corso, le disuguaglianze economiche e gli effetti della crisi le stanno esponendo “a forti rischi, rendendole ancora più vulnerabili, soprattutto in termini di salute”.

Fonte: <http://www.csem.org.br/noticia/5713-dal-lavoro-alla-famiglia-se-per-le-donne-immigrate-la-fatica-e-doppia> - 09.03.2017

Racconto la tratta, perché nei villaggi della nigeriana nessuno sa la verità

Blessing Okoedion è nigeriana, ha trent'anni ed è una mediatrice culturale. È stata vittima della tratta, ingannata, nonostante la sua laurea. In Italia sono 70mila le donne vittime della tratta, di cui la metà giovani nigeriane. «Nei villaggi i trafficanti appaiono come salvatori, con 40 euro si prendono una ragazza. Ma è forse una colpa vivere in un villaggio e non sapere l'inglese?». Lei si è liberata e ha raccontato la sua storia in un libro.

Sara De Carli

Come ho fatto ad essere così stupida? Come ho fatto a fidarmi e a non accorgermene? Inizia con queste domande la testimonianza di Blessing Okoedion, una ragazza di trent'anni, nigeriana. Oggi è una mediatrice culturale, nel suo passato ci sono la strada e la prostituzione. Blessing è una ex vittima della tratta. È arrivata in Italia nel 2013, ingannata da una donna che lei ora definisce un «lupo travestito da agnello». Ha una laurea in informatica Blessing, ma non è bastato a riconoscere l'inganno, tanto era studiato il

“travestimento”: «appena ho capito quale lavoro avrei dovuto fare, qui in Italia, non facevo altro che ripetermi “come ho fatto”, “come può essermi successa questa cosa”». La catena di Blessing era un debito da 65mila euro, così le disse quella donna che l'aveva ingannata. Lei ha avuto la forza di romperla, denunciando e ricominciando una nuova vita. E raccontando la sua storia in un libro appena pubblicato, Il coraggio della libertà (edizioni Paoline) scritto insieme alla giornalista Anna Pozzi.

Nel mondo sono almeno 21 milioni le persone vittime di tratta, per il 70% donne e bambini. "Tratta" significa persone trafficate e sfruttate, prevalentemente per sesso e lavoro servile: ogni due minuti, nel mondo, c'è un bambino che viene sfruttato sessualmente. È un giro d'affari che vale 32 miliardi di dollari l'anno e che in Europa vale più del traffico di droga o d'armi. Se ne è parlato nel convegno "Migrazioni e traffico di persone", a Milano. È un fenomeno che tocca anche l'Italia, in ogni sua zona. Solo in Italia sono 50-70mila le donne vittime della tratta, circa la metà giovani nigeriane: ogni mese qui in Italia da loro si acquistano 9-10 milioni di prestazioni sessuali. Lo sfruttamento del lavoro riguarda invece 150mila persone: lavoro schiavo, non semplicemente lavoro nero, con sottrazione di documenti, salario di poche decine di euro per 12 ore di lavoro, condizioni abitative disumane, fornitura di beni di prima necessità obbligatoria e a caro prezzo. Basta un dato per capire quanto la tratta ci riguardi: le donne nigeriane sbarcate in Italia nel 2016 sono state 11mila: erano la metà (5.600) l'anno prima. Molte di loro, come Blessing, si chiedono "come è possibile".

Come è possibile? «Tante persone in Nigeria hanno sentito parlare della tratta. Ma nelle città. Nessuno va nei villaggi a raccontare. I trafficanti sanno che non possono più prendere ragazze in città, ma nei villaggi questi appaiono come gli unici salvatori. I nostri villaggi sono abbandonati dalle autorità, i trafficanti arrivano, promettono un lavoro, magari come baby sitter. Sono una mano tesa per persone abbandonate a loro stesse, l'unica mano tesa. Con quaranta euro si prendono una ragazza», racconta Blessing. La sua voce si leva forte, potente: «Ma è forse un peccato vivere in un villaggio? Non parlare inglese? Perché lì nessuno racconta la verità? Perché nessuno spiega a queste ragazze e alle loro famiglie cosa sia la tratta?».

Blessing

Il problema che Blessing denuncia - tecnicamente lo chiamano "gap informativo" - è un nodo cruciale delle migrazioni odierne e dei tentativi di arginare i numeri del traffico di esseri umani, tant'è che l'OIM-Organizzazione Mondiale per le Migrazioni ha avviato una campagna informativa sui social chiedendo a migranti arrivati in Italia di registrare una brevissima testimonianza in cui raccontino la verità su ciò che hanno passato in Libia, perché

«chi parte non sa cosa lo aspetta», afferma Flavio Di Giacomo, portavoce OIM. Il progetto si chiama *Aware Migrants*. Non sanno, dice Di Giacomo senza mezzi termini, che «la Libia è inferno. I migranti vengono picchiati, rinchiusi nei campi, gli viene chiesto di pagare un riscatto, a volte lavorano ma non vengono pagati. Molti vorrebbero tornare indietro, ma a i trafficanti non vogliono che chi vede le reali condizioni della migrazione e soprattutto della traversata torni indietro per raccontarlo. Chi parte non sa, parla del Mediterraneo come di un fiume, the river, c'è una sorta di marketing incentrato sulla facilità della traversata. Quando arrivano sulla spiaggia e vedono il mare e i gommoni con cui dovrebbero attraversarlo hanno paura e vorrebbero tornare indietro: ma non possono, una volta che hai pagato devi partire. Tanti hanno sul corpo i segni delle violenze, tagli su braccia e gambe, tanti hanno raccontato di persone uccise perché non volevano più partire». Ecco perché la distinzione fra migranti economici e rifugiati è stata superata dalla storia: queste persone sono partite per motivi economici, tecnicamente non sono rifugiati e non hanno diritto alla protezione internazionale, però nel loro percorso nei fatti hanno subito una violazione dei loro diritti umani. E sono costretti a imbarcarsi. Questa è la realtà. «Non abbiamo il diritto di dire "non partite"», spiega Di Giacomo, tornando alla campagna sui social, «ma abbiamo il dovere di informare, perché tanti oggi ci dicono "non immaginavo"».

Una mano tesa Blessing l'ha trovata da suor Rita Giaretta, a Casa Rut, a Caserta. «Non volevo stare lì da loro. Altre donne, come quella che mi aveva tradita. Perché questa donna mi tende la mano? Cosa vuole da me? Io non avevo mai pensato prima che una donna e una donna cristiana potesse vendere un'altra donna: avevo paura. Non è facile avere fiducia quando sei stata tradita», racconta. Poi pian piano ha capito che Casa Rut «era una mano tesa vera, che non dà false speranze. Nelle parole delle suore di Casa Rut ho visto un messaggio, "siete capaci di cose belle, non siete condannate alla tristezza della morte, dentro di voi c'è la possibilità di una rinascita». Oggi è questo il messaggio che Blessing grida forte: «mi sto facendo voce per dire a tutte le ragazze trafficate che c'è una possibilità di rinascita. E di gioia».

Fonte: <http://www.csem.org.br/noticia/5614-racconto-la-tratta-perche-nei-villaggi-della-nigeria-nessuno-sa-la-verita> - 14.02.2017

Las patronas, le donne che danno da mangiare ai migranti

La bontà e la generosità delle donne di Las Patronas interviene in aiuto dei migranti. Cibo e acqua per sostenere il lungo e pericoloso viaggio verso gli Stati Uniti d'America.

In un contesto mondiale in cui si colloca l'elezione di Donald Trump, il tema del razzismo è quanto mai attuale. L'integrazione, la guerra in Siria, i rifugiati, tutti questi argomenti riempiono le pagine dei giornali, dei siti web e i profili social di qualunque utente. Favorevoli e contrari, idee valide e opinioni prive di qualunque senso logico, ogni giorno ci troviamo a interagire con svariate tipologie di contenuti e stimoli esterni. Nonostante la moltitudine di testimonianze e fatti, non potremo mai arrivare a comprendere cosa si nasconde dietro la scelta di abbandonare il proprio Paese per fame o guerra.

Opinioni e integrazione

La durezza delle parole della gente comune, le scelte politiche di non accettare i migranti o l'idea di costruzione del muro al confine tra Stati Uniti e Messico che viene direttamente dal presidente di uno degli Stati più grandi e potenti del mondo, fa decisamente rabbrivire. In un mondo in cui l'integrazione (non solo con la gente, ma di culture, opinioni e ispirazioni) è un fenomeno praticamente spontaneo, ci troviamo a far fronte, al tempo stesso, con una corrente razzista e di aperto rifiuto che stride con lo spirito della maggioranza della comunità mondiale e con il buon senso.

Las Patronas

Oggi vi segnaliamo un'iniziativa che in aperto contrasto con tutta la negatività e il rifiuto con cui

quotidianamente veniamo bombardati e contaminati. Un collettivo di donne che prepara del cibo e fornisce acqua e beni di prima necessità ai migranti che attraversano il Messico per arrivare negli Stati Uniti. Parliamo di Las Patronas, attive dal 1995 e che hanno fatto dell'altruismo la loro filosofia di vita. Iniziò tutto per caso, il 14 febbraio di 22 anni fa, quando due donne, incrociarono il binario del treno noto come 'La Bestia'. Alcuni migranti di passaggio chiesero loro aiuto e ricevettero del pane e del latte.

Come agiscono

Da quel giorno iniziò questo generoso progetto. Sono circa 300 i pasti quotidiani che le donne di Las Patronas preparano per i migranti di passaggio, in cerca di una vita migliore. Cibo e acqua vengono sistemati in buste che vengono lanciate al passaggio del treno. Insignite di premi relativi ai diritti umani, l'iniziativa di queste donne merita il dovuto riconoscimento. La bontà d'animo, in controtendenza a ciò che oggi ci troviamo a vivere, ha la meglio in questa storia quasi ventennale. I migranti che affrontano questo lungo viaggio sono realmente pericoloso. A repentaglio la loro stessa vita, in quanto questi treni vengono assaltati e, in molte situazioni, i migranti vengono derubati e uccisi senza pietà.

Fonte: <http://www.femaleworld.it/las-patronas-le-donne-danno-mangiare-ai-migranti/> - 21.02.2017

Donne migranti, in prima linea contro la violenza patriarcale

Geraldina Colotti

Il movimento delle donne sciopera anche per la libertà delle migranti, contro gabbie e frontiere. Sul tema abbiamo incontrato Francesca De Masi e Enrica Rigo. La prima lavora nella cooperativa Be-Free, che gestisce diversi centri antiviolenza e case rifugio, e da anni è in prima linea nella tutela delle vittime di tratta. Rigo, docente universitaria e giurista, ha coordinato il tavolo su Femminismo e migrazioni nell'assemblea nazionale di Bologna. Ricorda, inoltre, che Roma Tre è l'ateneo al quale era iscritta Sara Di Pietrantonio, vittima di femminicidio a maggio 2016. L'impegno di Enrica come docente nel contrasto alla violenza parte anche da qui, con una serie di incontri, organizzati

su questo tema, che si propongono di andare oltre la barriera disciplinari in cui spesso viene relegata la questione di genere.

Qual è la prospettiva da cui siete partite, il vostro punto di osservazione e di internità al movimento?

Entrambe siamo interne a questo movimento sin dal principio: sia per ciò che riguarda il contrasto alla violenza contro le tutte le donne, di cui i Cav sono presidio fondamentale; sia per ciò che riguarda le donne migranti, oggi vittime di una doppia violenza che spesso le colpisce sia in quanto donne sia in quanto migranti, come nel caso delle tratta a scopo di sfruttamento sessuale

che è alimentata anche dalla chiusura dei confini e dalla difficoltà che incontrano le donne migranti nell'accesso ai diritti.

Cosa si è proposto il tavolo su Femminismi e migrazioni?

Oggi il femminismo deve mettere a critica il tema delle frontiere, i dispositivi di rimpatrio che colpiscono le donne e gli altri migranti, nonché deve ripensare i sistemi di accoglienza, che troppo spesso si muovono su un crinale ambiguo che limita la libertà delle donne migranti dietro l'ipocrisia della necessità di proteggerle. Proprio le donne migranti, con le loro lotte, che sono anche atti di insubordinazione contro i confini globali imposti dalle politiche nazionali ed europee, sono in prima linea contro la violenza patriarcale che le colpisce sia nei paesi da cui provengono sia in quelli di arrivo. Il punto del tavolo per l'8 marzo ha fatto proprie molte delle rivendicazioni che le migranti portano avanti da anni: da quella per un permesso di soggiorno incondizionato, e soprattutto svincolato da quello del marito o della famiglia, a quello dell'accesso alla cittadinanza per chi nasce o risiede sul territorio. Il tavolo ha poi proposto elaborazioni specifiche sul tema della violenza, come la rivendicazione della protezione internazionale per le donne che subiscono violenza in quanto donne o soggettività Lgbtqi, e la necessità di svincolare il permesso di soggiorno per protezione sociale per le vittime di tratta, per le vittime di reato e per le vittime di sfruttamento lavorativo, dalla denuncia penale e della narrazione della propria condizione solo come vittime. Il permesso di soggiorno, l'accesso ai diritti e alla cittadinanza sono strumenti essenziali per sottrarsi alla violenza e per creare le condizioni in cui è possibile lottare. Vogliamo ricordare la rivendicazione portata avanti dalle figlie e dai figli di donne migranti, nati in Italia o che hanno seguito qui i percorsi scolastici, per il riconoscimento della cittadinanza.

Come si evidenzia il tema nelle piazze e nel corteo?

Il percorso di Non una di meno, in diverse città, ha intersecato quello del primo marzo, che è la giornata delle lotte dei migranti. A Roma, proprio il primo marzo le strade del centro – del salotto buono di Roma – sono state invase da alcuni manifesti che denunciano le decisioni delle Commissioni Territoriali in materia d'asilo. I manifesti, che Non una di meno ha rilanciato

come campagna sui social, riportavano gli stralci delle motivazioni in cui si può leggere, per esempio, che «un unico episodio di violenza sessuale» non è sufficiente a integrare i requisiti della protezione internazionale, o mostravano come le motivazioni delle Commissioni, spesso sommarie, mettano in dubbio la credibilità delle soggettività Lgbtqi. Sovente il Tribunale di Roma rovescia queste decisioni, ma nella maggior parte dei casi le donne non hanno accesso a una difesa adeguata. Le audizioni avvengono all'interno del Cie, un ambiente che non favorisce certo la possibilità di narrare liberamente la propria storia, o di avvalersi di una difesa legale qualificata.

Un Piano femminista contro la violenza: con quali contenuti rispetto a quello che si discute nelle istituzioni?

L'obiettivo è quello di costruire un piano antiviolenza dal basso, che sia femminista. Per noi significa che deve tener conto delle pratiche di autodeterminazione e autonomia, che implementano il protagonismo delle donne, fuoriuscendo da un'ottica di assistenzialismo e da una corrispondente ottica di vittimizzazione. Per i percorsi di fuoriuscita dalla violenza, l'obiettivo deve essere che l'utenza diventi agente dei propri percorsi anche all'interno dei Cav e delle strutture di accoglienza. A Roma, esistono importanti esperienze di auto organizzazione che possono essere valorizzate. La violenza strutturale non si affronta con le politiche repressive e penali, ma con politiche sociali, di accesso al reddito e ai diritti. Questo è vero anche per temi sicuramente delicati e controversi, come quello della tratta a scopo di sfruttamento sessuale e lavorativo. L'attuale quadro normativo si muove sul binario privilegiato della repressione penale, a cui fa da contraltare l'accesso ai diritti solo per chi accetta di denunciare la propria condizione di vittima. Un percorso spesso inadeguato per chi è appena giunto in Italia, è magari passato dal Cie o nei percorsi emergenziali dell'accoglienza, e non ha avuto modo di elaborare la propria condizione. Il sistema dei confini e le attuali politiche sulle migrazioni sono, da questo punto di vista, complici dello sfruttamento sia sessuale che lavorativo. Uno sfruttamento che non riguarda solo chi non è formalmente cittadino, ma riguarda per esempio anche molte donne che provengono dai paesi dell'Unione europea.

Fonte: <https://fotograficoletti.blogspot.com.br/2017/03/italia-donne-migranti-in-prima-linea.html> - 08.03.2017

Intersezionalità, quando razzismo e sessismo si sovrappongono

Cosa accade quando la discriminazione razziale e quella sessista si incrociano? L'attivista e accademica Kimberlé Williams Crenshaw ha coniato il termine intersezionalità e ha parlato di numerosi casi di America che restano semisconosciuti.

Domenico Defrancesco

L'esperimento

Torniamo a parlare di una conferenza tenutasi nel contesto della TED. A parlare dal palco è Kimberlé Williams Crenshaw, accademica sulla legge antirazziale, femminista e attivista contro episodi di razzismo. Prima di parlare di intersezionalità, la donna ha proposto un esperimento: "Alzatevi voi che potete, farò una lista di nomi e chiedo a coloro i quali sono a conoscenza della storia di questi individui di restare in piedi" ha invitato Kimberlé. Dopo un paio di nomi e cognomi pronunciati, la maggior parte del pubblico era ancora in piedi ad ascoltare. La donna ha evidenziato il fatto per poi proseguire con altri tre nomi. Di una vasta platea sono rimasti in piedi solo in quattro.

La verità

"Quelli di voi che hanno riconosciuto la prima lista, sapranno che erano nomi di afroamericani uccisi dalla polizia negli ultimi due anni o due anni e mezzo. Quello che forse non sapete è che i nomi della seconda lista sono anche vittime afroamericane della polizia negli ultimi due anni. Solo una cosa distingue i primi dai secondi: il sesso. Ho fatto questo esercizio dozzine di volte in questo Paese, con psicologi, con gruppi per i diritti umani, gruppi che lottano per i diritti delle donne, con professori, con studenti, con sociologi e con membri del congresso. Ogni volta ho riscontrato che il livello di consapevolezza sulla violenza della polizia sulle donne di colore è eccessivamente basso" spiega Kimberlé.

Le donne dimenticate

Si parla di due fattori gravi, ampiamente discussi nella realtà americana: violenza della polizia riversata sugli individui afroamericani e violenza sulle donne. Quando si pensa alle vittime della polizia, degli episodi di razzismo, i nomi delle donne coinvolte passano in secondo piano. Incorporare delle nozioni inquadrare in uno schema di pensiero fisso è complicato. Ciò evidenzia che non abbiamo la predisposizione a ricordare i fatti relativi alle donne. "Gli episodi di violenza razziale non includono anche le donne?"

Perché ci viene così difficile ricordare i nomi di queste vittime innocenti?" riflette Kimberlé.

La storia di Emma

Kimberlé racconta di aver iniziato a riflettere su questa tematica dopo essere venuta a conoscenza della storia di Emma Degraffenried. Una moglie, madre e lavoratrice come tante, cercando lavoro per poter dare migliori opportunità a famiglia e figli, non fu assunta e portò il caso in tribunale in quanto reputò di non essere stata assunta perché donna di colore. Il giudice chiuse rapidamente il caso dando ragione al datore di lavoro che aveva assunto in passato nella sua azienda sia afroamericani che donne. Ciò che non era stato colto, ciò che Emma voleva evidenziare era che gli afroamericani assunti, per lavori manuali o di manutenzione, erano uomini e che le donne, segretarie e receptionist, erano tutte bianche. La corte non permise a Emma di collegare questi due fattori discriminatori come entrambi concorrenti nel suo caso e che, ottenendo la ragione, avrebbe avuto delle preferenze in quanto donna e in quanto persona di colore. A questo scopo l'attivista ha coniato il termine intersezionalità per descrivere questa gravosa problematica e per fermare queste ondate di violenza che restano impunte.

Intersezionalità e l'orrore in America

"Non c'era una parola a descrivere questo problema e se un problema non ha una descrizione è difficile riconoscerlo e trovare una soluzione" ha riflettuto Kimberlé. "La legge è pronta ad aiutare solo in caso in cui si ha a che fare con situazioni legate al razzismo o al sessismo, ma non in situazioni nelle quali le strade di queste due problematica si incrociano". La violenza nei confronti delle donne di colore è riscontrabile ogni giorno in America con svariati casi di intersezionalità. Gli episodi sono numerosi e semisconosciuti. Molte delle donne coinvolte non hanno nemmeno avuto l'opportunità di chiedere aiuto. "Parliamo di vittime di tutte le età, dai 7 ai 95 anni, uccise dalle forze di polizia. Donne uccise nei loro salotti, nelle loro camere da letto, nelle loro auto, per strada, di fronte ai genitori, di fronte ai loro bambini, sparate a morte,

soffocate, uccise mentre chiamavano aiuto, uccise da sole, uccise in presenza di altri, uccise in quanto donne di colore a fare compere, in quanto donne di colore alla guida, donne di colore senza tetto, donne di colore con problemi mentali, in quanto donne di colore con problemi domestici, uccise parlando al telefono, ridendo con amici...

Perché non conosciamo le loro storie? Perché queste vicende non richiamano l'attenzione dei media così come le storie dei loro fratelli? E' tempo di cambiare!"

Fonte: <http://www.femaleworld.it/intersezionalita-razzismo-sessismo-si-sovrappongono/> - 23.02.2017

Títulos da Resenha Migrações na Atualidade

1. BRASIGUAIOS
2. EMIGRAR - Opção ou necessidade
3. OS EXPULSOS DA TERRA
4. MIGRAÇÕES E TRABALHO
5. LEIS E MIGRAÇÃO
6. MIGRAÇÕES NORDESTINAS
7. JOVENS MIGRANTES
8. MIGRAÇÕES INTERNAS: Aspectos vários
9. DESEMPREGO
10. VÍTIMAS DO RACISMO
11. MORADIA: Direito de todos
12. FAVELAS: Migração da dignidade humana
13. FOME E MISÉRIA
14. LATINO - AMERICANOS EM MIGRAÇÃO
15. A FAMÍLIA
16. TRABALHO ESCRAVO
17. SOS: Pequenos sem lar
18. REFUGIADOS
19. EXCLUÍDOS - Um clamor à justiça e a solidariedade
20. MULHER MIGRANTE - Solidariedade e acolhida
21. SEM – TERRAS
22. DIREITOS HUMANOS - Violação e defesa
23. TERRA E MIGRAÇÃO
24. MIGRANTES EM SITUAÇÃO IRREGULAR
25. CRIANÇAS, ADOLESCENTES E TRABALHO
26. CF /97 E AS MIGRAÇÕES
27. MIGRANTES E AS RELAÇÕES DE TRABALHO
28. VIOLÊNCIA CONTRA MIGRANTES.
29. PELA DIGNIDADE DO MIGRANTE
30. DESEMPREGO EM ALTA
31. EDUCAR É PRECISO
32. SECA AUMENTA O VAIVÉM DE MIGRANTES
33. ANISTIA A ESTRANGEIROS EM SITUAÇÃO ILEGAL
34. SEM TRABALHO... por quê?
35. DESAFIOS DA MIGRAÇÃO frente ao novo milênio
36. O MIGRANTE É VÍTIMA!
37. REFUGIADOS: desafio à solidariedade
38. DIGNIDADE HUMANA E PAZ - CF/2000
39. XENOFOBIA
40. TRÁFICO HUMANO - a escravidão moderna
41. CRIANÇAS E ADOLESCENTES na armadilha da globalização
42. DROGAS, uma ameaça à VIDA.
43. MULHERES: Protagonistas ou excluídas?
44. MIGRANTES e Conflitos armados
45. RETRATO SOCIAL dos MIGRANTES.
46. POVOS INDÍGENAS, resgate de uma civilização.
47. ALIMENTAÇÃO é um direito humano. Por que tanta fome?
48. IMIGRANTE: rejeitado, mas indispensável!
49. ÁGUA: fonte de segurança alimentar.
50. PESSOAS IDOSAS: dignidade e esperança.
51. A MERCANTILIZAÇÃO DO SER HUMANO
52. EMIGRAÇÃO: As lutas de brasileiros e brasileiras no exterior.
53. DISCRIMINAÇÕES: o ser humano ferido.
54. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: rumos e desafios.
55. MIGRAÇÕES: culturas e integração.
56. REFUGIADOS: novos desafios na conjuntura atual.
57. TRÁFICO DE SERES HUMANOS: negação da dignidade.
58. MIGRAÇÕES: leis insuficientes e políticas migratórias discriminatórias.
59. MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO.
60. XENOFOBIA: o migrante como ameaça. Por quê?
61. RELIGIÕES: força e fragilidade dos migrantes
62. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: novos fluxos e políticas seletivas
63. POBREZA produz migração. Migração contrasta a pobreza?
64. CAMINHOS E DESCAMINHOS DA INTEGRAÇÃO
65. POVOS EM FUGA: os/as deslocados/as
66. CRIMINALIZAÇÃO DOS MIGRANTES E VIOLÊNCIA NO CONTEXTO MIGRATÓRIO: desafios
67. MIGRAÇÕES E TRABALHO: valorizar a contribuição e erradicar a exploração
68. MIGRAÇÕES E CULTURA: como superar a discriminação?
69. MIGRAÇÕES E REFÚGIO: a ambigüidade das estratégias de proteção
70. LEIS E POLÍTICAS MIGRATÓRIAS: direito a ter direitos
71. MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO: qual o papel das remessas?
72. O PAPEL PROFÉTICO DAS RELIGIÕES junto aos migrantes
73. TRÁFICO DE PESSOAS: quais são as estratégias de combate?
74. CIDADE: lugar de encontro ou exclusão?
75. SER MIGRANTE EM TEMPOS DE CRISE
76. ENTRE ASSIMILAÇÃO e INTEGRAÇÃO
77. MUDANÇAS CLIMÁTICAS e REFUGIADOS AMBIENTAIS
78. AS MIGRAÇÕES GERAM VIOLÊNCIA OU REAÇÕES VIOLENTAS?
79. TRABALHADORES MIGRANTES: indispensáveis, mas sem direitos
80. XENOFOBIA: a nova face da exclusão
81. MULHERES REFUGIADAS
82. RELIGIÃO: fator de integração dos migrantes?
83. Os rumos do TRÁFICO DE SERES HUMANOS
84. MIGRAÇÃO DE RETORNO e crise: sonho frustrado?
85. Os desafios da MIGRAÇÃO FEMININA
86. As RELIGIÕES diante dos desafios das MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS
87. TRÁFICO DE PESSOAS: é possível combater?
88. Novos FLUXOS MIGRATÓRIOS: uma nova questão social
89. MULHERES MIGRANTES: protagonismo e vulnerabilidades
90. A RELIGIÃO como meio de assistência, integração e emancipação dos migrantes.
91. TRÁFICO DE PESSOAS: entre o discurso e a realidade.
92. A “Globalização da indiferença” e a CRIMINALIZAÇÃO DAS MIGRAÇÕES
93. As MULHERES no contexto das políticas migratórias
94. As RELIGIÕES a serviço da dignidade dos migrantes
95. TRÁFICO DE PESSOAS: O ser humano está à venda?
96. Por uma compreensão mais ampla das MIGRAÇÕES FORÇADAS
97. MULHERES MIGRANTES: entre fronteiras físicas e sociais.
98. Migrações, RELIGIÕES e violência
99. TRÁFICO DE PESSOAS e políticas migratórias
100. MÍDIA e migrações: entre discursos e estereótipos
101. Dignidade humana e MULHERES MIGRANTES
102. A DIÁSPORA MUÇULMANA para além dos estereótipos
103. Os paradoxos da ESCRAVIDÃO MODERNA
104. Mobilidade humana: entre FRONTEIRAS e muros
105. Por um olhar mais humano sobre as MULHERES MIGRANTES
106. MULHERES MIGRANTES E REFUGIADAS: riscos e proteção no contexto da violência de gênero